



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VI**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS  
COORDENAÇÃO DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS PORTUGUÊS**

**SÁREM REBECA DE SÁ ALVES**

**QUESTÕES DE SANGUE: UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR DE  
“MORRO DOS VENTOS UIVANTES” (1847), DE EMILY BRONTË E DE  
“ÚRSULA” (1859), DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

**MONTEIRO  
2021**

SÁREM REBECA DE SÁ ALVES

**QUESTÕES DE SANGUE: UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR DE “O MORRO DOS VENTOS UIVANTES” (1847), DE EMILY BRONTË E DE “ÚRSULA” (1859), DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação de Letras da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em Letras Português.

**Área de concentração:** Literatura Comparada, Crítica Literária, Historiografia Literária.

**Orientador:** Prof. Dra. Melânia Nóbrega Pereira de Farias

**MONTEIRO  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A474q Alves, Sárem Rebeca de Sá.  
Questões de sangue [manuscrito] : uma análise interdisciplinar de "O morro dos ventos uivantes", de Emily Brontë e de "Úrsula", de Maria Firmina dos Reis / Sárem Rebeca de Sa Alves. - 2021.

71 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugueses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Melânia Nóbrega Pereira de Farias , Coordenação do Curso de Letras - CCHÉ."

1. Historiografia literária. 2. Cultura. 3. Raça e literatura. I.  
Título

21. ed. CDD 801.9

SÁREM REBECA DE SÁ ALVES

QUESTÕES DE SANGUE: UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR DE “O MORRO DOS VENTOS UIVANTES” (1847), DE EMILY BRONTË E DE “ÚRSULA” (1859), DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação de Letras da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em Letras Português.

Área de concentração: Literatura Comparada, Crítica Literária, Historiografia Literária.

Aprovada em: 28/05/2021.

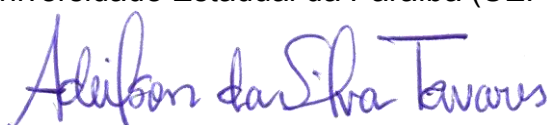
#### BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Melânia Nóbrega Pereira de Farias (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Adeilson da Silva Tavares  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu Deus, criador e mantenedor de  
todas as coisas, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por todas as bênçãos derramadas em minha vida desde meu nascimento até o dia de hoje em que posso realizar o sonho de minha primeira graduação.

Agradeço a minha família que contribuiu para que eu pudesse ter tempo e condições financeiras para me dedicar ao curso.

Aos professores do Curso de Letras Português da UEPB. Agradeço, em especial, a professora Dr. Melânia Nóbrega Pereira de Farias que me mostrou o real sentido de educação e profissionalismo.

Aos demais funcionários da UEPB pela presteza e atendimento quando nos foi necessário e aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“O campo, o mar, a abóbada celeste ensinam a adorar o supremo autor da natureza e a bendizer-lhe a mão; porque é generosa, sábia e providente” (REIS, 2018, p.15)

## RESUMO

O trabalho em questão é fruto de uma pesquisa bibliográfica com viés interdisciplinar dos romances *O Morro dos Ventos Uivantes* (1847), de Emily Brontë (1818-1848) e *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis (1822-1917). O objetivo principal desta pesquisa é averiguar de que maneira as questões de raça são encontradas em ambos os romances oitocentistas, para isso, fez-se necessário situar Maria Firmina dos Reis e Emily Brontë na perspectiva histórica e sociológica através da caracterização de sua trajetória intelectual, bem como refletir acerca da qualidade estética e da organização interna das obras enquanto produções oitocentistas, comparando assim a temática racial nas narrativas. Embasando-se na concepção de que os romances aqui analisados constituem de maneira semelhante uma rica memória cultural acerca do negro e do cigano, este trabalho se inspira, através das leituras nas áreas de historiografia literária e de sociologia, nas questões apresentadas por Mendes (2016), Dias (2011) e Ventura (1991) acerca do pensamento social, da raça e da cultura. Conclui-se, portanto, que Maria Firmina dos Reis e Emily Brontë embora tenham sido invisibilizadas pelo cânone literário, apresentam de maneira similar as temáticas raciais vigentes em sua época tão marcada pelo cientificismo. Através de seus personagens etnicamente diferentes do homem branco europeu, as autoras apresentam singularidade e profundidade em suas narrativas. Dito isto, o primeiro capítulo apresenta os dados biográficos das autoras, bem como seus lugares no cânone literário; o segundo capítulo reflete acerca das teorias raciais do século XIX e, por fim, no último capítulo se analisa como as questões de sangue são encontradas em ambos os romances.

**Palavras-Chave:** Historiografia Literária. Cultura. Raça e Literatura.



## ABSTRACT

The work in question is the result of a bibliographic research with an interdisciplinary approach from the novels *O Morro dos Ventos Uivantes* (1847), by Emily Brontë (1818-1848) and *Úrsula* (1859) by Maria Firmina dos Reis (1822-1917). The main objective of this research is to find out how race issues can be identified in both nineteenth-century novels. For that, it was necessary to situate Maria Firmina dos Reis and Emily Brontë in the historical and sociological perspective through the characterization of their intellectual trajectory, as well as reflecting on the aesthetic quality and the internal organization of the works as 19th century productions, thus comparing the racial theme in the narratives. Based on the conception that the novels analyzed here are similarly a rich cultural memory about blacks and gypsies, this work is inspired, through readings in the areas of literary historiography and sociology, in the questions presented by Mendes (2016), Dias (2011) and Ventura (1991) about memory, race and culture. The conclusion is, therefore, that Maria Firmina dos Reis and Emily Brontë although they were made invisible by the literary canon, present similarly the racial themes in force in their time so marked by scientism. Through their ethnically different characters from the European white man, the authors present uniqueness and depth in their narratives. That said, the first chapter presents the authors' biographical data, as well as their places in the literary canon; the second chapter reflects on racial theories of the 19th century and, finally, the last chapter analyzes how both novels present blood issues

**Keywords:** Literary Work. Brontë. Race and Literature. Maria Firmina dos Reis.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 EMILY BRONTË E MARIA FIRMINA DOS REIS: UMA ESCRITA PARA ALÉM DO SEU TEMPO .....</b>	<b>14</b>
<b>3 RAÇA, PENSAMENTO SOCIAL E CULTURA.....</b>	<b>31</b>
<b>4 AS QUESTÕES DE SANGUE EM O MORRO DOS VENTOS UIVANTES E EM ÚRSULA .....</b>	<b>50</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>64</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Europa no século XIX foi um grande centro de referências para arte e para a literatura. Tendo em vista que os países europeus foram aqueles que colonizaram os demais continentes do globo, deve-se refletir que eles não apenas levaram seus navios às terras que colonizaram, mas introduziram sua cultura, suas crenças e suas ideologias. O processo de colonização perdurou por muitos anos. No caso do Brasil, houve uma exploração intensa por parte de seu país colonizador e pouco investimento em um desenvolvimento de qualidade da população, conforme aponta Gomes (2014) “A ignorância e o isolamento eram resultados de uma política deliberada do governo português que tinha como objetivo manter o Brasil, uma joia extrativista e sem vontade própria, longe dos olhos e da cobiça dos estrangeiros” (p. 115). Tal pensamento foi perpetuado em tal medida que, um pouco mais tarde, o Brasil e outros países do globo acabaram por confabular com a escravidão.

A escravidão está entre os crimes mais bárbaros que a humanidade cometeu contra os seus iguais. Pautada, em teorias de seleção natural, a escravidão foi por quase trezentos anos justificada por muitas instituições de poder civil e religioso que alegaram haver diferenças entre determinados povos e determinadas etnias.

Tão nociva quanto a escravidão foi o apartheid social que se desenvolveu a partir dela. Apesar de sua abolição, as mazelas de subserviência e humilhação iniciadas com os duros grilhões ainda perduraram por anos. A liberdade foi dada, mas não condições dignas para desfrutá-la. A população negra se viu à mercê de uma cultura, de uma política e de entidades religiosas que excluam sua individualidade. E não apenas ela, outros grupos minoritários como os ciganos também se viram como vítimas de estigma e exclusão.

Nos estudos sociais, o cenário era muito similar. Acreditava-se que o Brasil iria se tornar branco e ainda se vendia o ideário de uma terra na qual todas as raças - negros, índios e brancos - habitavam harmoniosamente. Ao mesmo tempo, contavam com políticas de higienização e branqueamento da população sendo pautados cientificamente, conforme apontam Ortiz (1985) e Ventura (1991), que hodiernamente ainda se manifestam através de expressões e práticas que denigrem a imagem do negro e o desvalorizam.

A cor negra em geral foi uma característica fenotípica que quiseram apagar da história brasileira. Infelizmente, não foi apenas no Brasil que o preconceito e a distinção existiram, é salutar trazer à memória tanto a influência cultural que os países europeus exerciam sobre os países latinos quanto a própria segregação e exclusão fomentadas pela sua civilização e seus cientistas.

Em termos de civilização, vê-se as políticas e as instituições religiosas corroborando com a ideia de que aqueles que possuíam a cor negra, ou qualquer traço distinto do branco europeu, não eram bem vistos e os poucos que conseguiram ir contra uma barreira de uma elite branca, tiveram seus traços étnicos amenizados, principalmente na literatura, lugar em que muitos puderam denunciar as atrocidades cometidas pela sociedade brasileira, sobretudo, atrocidades cometidas contra o negro. Como pioneira de tal denúncia no Brasil, averigua-se Maria Firmina dos Reis, autora do romance *Úrsula*.

Com os estudos pós-coloniais, pode-se averiguar que na Europa o preconceito racial não era diferente, os povos que eram de outra raça que não a idealização do homem branco sofreram políticas de assimilação e restrições da liberdade cultural, entretantes, Emily Brontë autora inglesa apresenta através de sua obra críticas à sociedade em que estava inserida.

Enquanto, Maria Firmina dos Reis foi uma brasileira nascida no estado do Maranhão em 1822, negra, órfã que escreveu romances, contos, poesias e diários, mais especificamente, escreveu o romance que primeiro deu voz ao negro em uma sociedade oitocentista que os considerava como objetos. Emily Jane Brontë, autora do aclamado romance *O morro dos ventos uivantes*, foi uma inglesa também órfã de mãe, nascida em Yorkshire em 1818, que também escrevera acerca das mazelas que a sociedade inglesa de sua época tentava esconder. Apesar de Brontë representar outro grupo étnico em seu romance, percebe-se que as relações de desprezo por uma sociedade majoritariamente branca e pautada nas aparências é o mesmo.

Com isso, nota-se que o cânone literário brasileiro e mundial era muito restrito, sobretudo, para as mulheres. Apesar disso, Emily Brontë reveste-se de um profundo para a tradição literária principalmente para a literatura de autoria feminina. Conforme coloca Dias (2011), é importante considerar que apesar do romance ser o típico gênero escrito por mulheres, durante muito tempo tal forma romanesca foi associada ao padrão masculino, elitista e branco do desenvolvimento da sociedade

patriarcal, o que mostra mais uma vez o quanto a escrita de Brontë e Reis foi revolucionária e transcendente.

Segundo Norma Telles (1997),

A cultura europeia dava a licença ideológica para o imperialismo, mas sua influência avassaladora teve também o movimento inverso, isto é, provocou sempre em diferentes graus, resistências e desafios. Como nenhuma visão de mundo ou sistema social tem total hegemonia sobre seu domínio, assim também as formas culturais que coexistiram ou apoiaram o empreendimento imperial não a tiveram, discussões e contraposições estiveram sempre presentes, tanto nas metrópoles quanto no ultramar. É preciso ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, em particular o romance, na cristalização da sociedade moderna. Escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações (p. 401-402).

Conforme é dito, o romance foi fundamental para a cristalização de ideias na sociedade moderna, pois não apenas representava os valores da época no qual estavam sendo produzidos, mas atuavam de maneira subversiva a construir novos valores e a fazer com que houvessem reflexão.

Com base nisso, este trabalho intenta pesquisar acerca das seguintes indagações: De que modo as questões de sangue se manifestam no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e em *O morro dos ventos uivantes*, de Emily Brontë? De que modo esses aspectos sociais estão diretamente relacionados com o ser negro no Brasil? Quais lugares tais autoras ocupam dentro da historiografia literária? Em que medida a trajetória de vida das autoras em questão contribuiu para uma descrição mais fidedigna de tais elementos da sociedade oitocentista? Assim, neste espaço de disputa, conflito e consagração, propõe-se a análise dos textos literários em diálogo com outras áreas do conhecimento, a saber: história, sociologia, filosofia e antropologia.

Conseqüentemente, ao tratar das representações literárias, das vivências dos personagens e dos contextos sociais, políticos e filosóficos inseridos em ambos os romances oitocentistas é que este projeto se mostra necessário, não obstante para que os bons nomes da literatura sejam conhecidos independentes de suas características fenotípicas, classe social ou gênero, bem como a identidade e a escrita feminina e negra possam ser reavaliadas sócio e criticamente.

Para isto, este trabalho possui alguns objetivos. O primeiro e principal, é a partir de uma leitura interdisciplinar, analisar as questões de sangue no romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis e no romance *O morro dos ventos uivantes* (1847), de Emily Brontë. Conseqüentemente, o segundo objetivo é refletir acerca da qualidade estética e da organização interna da obra enquanto produção oitocentista. Deste modo, faz-se necessário um terceiro objetivo que corresponde a situar Maria Firmina dos Reis e Emily Brontë na perspectiva histórica e sociológica através da caracterização de sua trajetória intelectual e assim, comparar a temática racial em ambas as obras

Para uma melhor abordagem da temática e para uma melhor execução dos objetivos supracitados, a pesquisa aqui proposta subdivide-se em três capítulos. O primeiro capítulo, apresenta ao leitor dados bibliográficos acerca das autoras em questão, bem como seu lugar no cânone literário e a importância de suas produções intelectuais. O segundo capítulo intitulado “raça, pensamento social e cultura” ambienta o período oitocentista europeu e brasileiro à luz das teorias científicas que influenciaram o conceito de raça no mundo inteiro, corroborando para um processo de escravidão, estigma e preconceito. Por fim, no terceiro capítulo, encontra-se como o conceito de raça pode ser analisado nos romances em questão e de que maneira seus personagens representam uma sociedade fragmentada e excludente.

## **2 EMILY BRONTË E MARIA FIRMINA DOS REIS: UMA ESCRITA PARA ALÉM DO SEU TEMPO**

O século XIX trouxe inúmeras mudanças para a sociedade como um todo, tanto em seus avanços científicos a partir do aprimoramento de inúmeras áreas da ciência quanto em seus grandes avanços políticos e econômicos. Historicamente, apresentou fatos que até hoje inspiram e suscitam questionamentos, não obstante, o mesmo século apresenta uma riqueza literária única, tornando a literatura como um dos principais meios de registro das mudanças intelectuais e sociais. Nesse século, três diferentes escolas literárias surgiram, demonstrando a sagacidade e sutileza de seus autores ao retratar a sociedade oitocentista em geral.

Tendo em vista o que Massuad Moisés (2007) traz acerca da historiografia literária como sendo aquela que “se preocupa com os fatos, a biografia dos escritores e das obras, a fortuna dos textos, os nexos destes com a conjuntura cultural em que foram produzidos” (p.16) e que também se importa com “o conteúdo das obras examinando-as do prisma das ideias, pensamentos e sentimentos (temas, clichês, motivos mundividências, etc.) que perduram no fio do tempo” (p. 16), é que se faz necessário refletir acerca da escrita feminina no XIX, bem como de que maneira as escritoras Emily Brontë e Maria Firmina dos Reis se encaixam nesse período.

Para isso, entende-se que, embora sejam pares de uma mesma espécie, homens e mulheres, historicamente e socialmente, acabaram por seguir caminhos bem distintos. Enquanto o homem conquistou espaços, aventuras e grandes empreendimentos, uma parte considerável das mulheres ficou circunscrita ao espaço do lar, de tal modo que qualquer perspectiva além dos bordados e da sala de estar estava fora de seu alcance.

Segundo Norma Telles (2006), as mulheres oitocentistas não tinham direito a uma participação social. Não existia uma prisão física, já que elas tinham o direito de comparecer a bailes, saraus e receber visitas para um chá, porém o envolvimento político ou o interesse com a movimentação do mercado ou com qualquer atividade considerada masculina não era vista com bons olhos, especialmente, na Era Vitoriana que foi de 1832 a 1901, já que com as palavras de Burgess (2002), essa

época tinha na “moralidade rígida, o caráter sagrado da vida em família” devido ao exemplo da própria rainha Vitória que, enquanto rainha da Inglaterra, exerceu grande influência, mesmo que indiretamente, sobre a vida social, assim como sobre a literatura. No Brasil não era diferente, já que as influências estrangeiras, principalmente, nos tempos anteriores ao modernismo, delimitavam o estilo de vida e a produção artística brasileira.

Deste modo, a literatura, assim como as demais áreas do conhecimento, não contava com a participação das mulheres enquanto autoras até o século XIX. Virgínia Woolf (2004), em seu livro intitulado “Um teto todo seu”, traz alguns questionamentos que contribuem para uma melhor reflexão acerca do papel que era exercido pela mulher no século XIX, a partir deles, podemos pensar que havia até então uma quantidade considerável de livros escritos por homens sobre mulheres e que a mulher era provavelmente o animal mais debatido do universo. Não obstante, de acordo com Woolf (2004),

O sexo e sua natureza podem muito bem atrair médicos e biólogos, mas o que era surpreendente e difícil de explicar era o fato de o sexo – ou seja, as mulheres – atrair também ensaístas agradáveis, romancistas ligeiros, jovens rapazes com título de mestre; homens sem título nenhum; homens sem qualquer qualificação aparente exceto a de não serem mulheres (p. 35).

É possível perceber a partir das palavras da autora que a mulher embora fosse tema para inúmeros trabalhos, não tinha ao seu dispor a liberdade de escrever sobre si mesma, já que a escrita era também um instrumento de poder reservado socialmente e culturalmente aos homens europeus.

Esse pensamento também pode ser comprovado quando Lipovetsky (2007), ao refletir sobre os papéis do feminino e do masculino em seu livro “A terceira mulher: permanência e revolução do feminino”, trata das concepções acerca do feminino e pontua sobre as questões estéticas que permeiam a aura feminina, bem como os padrões foram sendo construídos conforme a evolução das sociedades e a distinção de classes. Ele ressalta que na arte humana também existia uma hierarquia o que de certo modo explica as representações tanto femininas como masculinas nos primeiros momentos da história da humanidade. As mulheres primeiramente eram representadas a partir dos atributos físicos remetentes a sua



fertilidade, à exemplo: a Vênus de Willendorf, em que não tem traços que evidenciam o rosto, mas sim seios fartos e quadris largos.

De acordo com o filósofo, apenas com o Renascimento é que a “idolatria do belo sexo” é iniciada. Na arte, na música, nas interações sociais a mulher passa a ser cultuada pela beleza e suavidade. Se na idade média a mulher por vezes era associada ao demônio e às estratégias de manipulações diabólicas para desviar o homem de seu caminho divino, no renascimento, o feminino associa-se ao divino. Entretanto, “O triunfo estético do feminino não abalou em nada as estruturas hierárquicas reais que subordinavam o feminino ao masculino” (p.120), apenas reforçou estereótipos.

Ambos, Woolf (2004) e Lipovetsky (2007), evidenciam o papel de coadjuvante exercido pelas mulheres ao longo da história, mais precisamente, no século XIX em que a participação feminina era extremamente restrita à beleza e ao comportamento de uma dama que lhe era esperado. Tal comportamento é bem colocado por Austen (2012) em seu romance “Persuasão”, quando sua personagem afirma odiar ouvir falar sobre todas as mulheres “como se fossem excelentes damas em vez de criaturas racionais”, para ela ser uma dama era um lugar de ignorância e de sentimentalismo, características que na prática não representavam o ser mulher.

Outro aspecto que merece destaque é de que, durante muito tempo, a presença da mulher na literatura foi limitada aos papéis nas tramas, variando entre modelos a serem seguidos e modelos a serem evitados, sendo conhecida enquanto tema e foco dos mais variados gêneros literários. Os homens escreveram sobre seus sentimentos, características e modos de vida e por séculos para elas o silêncio foi a única opção. Enquanto escritora teve de escrever por muito tempo às escondidas, entre conversas e bordados, sempre a mercê da permissão dos outros. Virgínia Woolf (2004) ao refletir sobre a mulher enquanto escritora de literatura reflete que ao fazer a distinção entre o feminino e o masculino “não se pode esperar a verdade. Só se pode mostrar como se chegou a ter a opinião que se tem. Só se pode dar ao público a oportunidade de tirar as próprias conclusões ao observar as limitações, os preconceitos, as idiossincrasias do palestrante” (p. 54). Ao mesmo tempo, a autora pontua que a escrita feminina era desdenhada, pois para as mulheres por muito tempo foi negada a voz, Woolf (2004) escreve: “O mundo não

dizia a ela, como dizia a eles: “Escreva se quiser, não faz diferença para mim”. O mundo dizia, gargalhando: “Escrever? O que há de bom na sua escrita?” (p. 791).

Podemos aferir com Woolf (2004), que durante muito tempo, mais precisamente entre os séculos XIII e XVII, a escrita feminina foi associada à tolice e à confusão mental. Apenas com a descoberta do mercado literário, as mulheres começaram a ganhar dinheiro fazendo traduções e escrevendo romances que podiam ser encontrados em saldões das lojas de livros usados de Charing

Cross<sup>1</sup>. Conforme é colocado pela autora: “A intensa atividade intelectual que surgiu no fim do século XVIII entre as mulheres - as conversas, as reuniões, as redações de ensaios sobre Shakespeare, a tradução dos clássicos - baseava-se no fato concreto de que elas podiam ganhar dinheiro com a escrita” e ao tornar a escrita como fonte de renda, elas puderam também legitimar suas atividades.

Com isso, tem-se uma mudança no contexto o que Woolf (1929) coloca como sendo mais importante que as Cruzadas ou a Guerra das Rosas: as mulheres da classe média começaram a escrever. Mas um ponto que aqui é de extrema importância evidenciar é que com a abertura do mercado literário para a escrita das mulheres da classe média, aquelas que pertenciam a outras esferas também o puderam fazer. Dentre as tais mulheres que ousaram começar a escrever ainda no início da produção feminina, está Emily Brontë, poetisa e romancista, autora do célebre romance *O morro dos ventos Uivantes* (1847) e Maria Firmina dos Reis também romancista, poetisa e autora de diversas obras dentre as quais está *Úrsula* (1859) objeto de análise do trabalho em questão.

Emily Jane Brontë, conhecida mundialmente como Emily Brontë, nasceu em Thornton, uma aldeia do distrito metropolitano de Bradford, em 30 de julho de 1818, sendo a quinta filha de Patrick Brontë e Maria Branwell e irmã de duas outras grandes escritoras inglesas do mesmo período: Charlotte Brontë e Anne Brontë. A autora compõe o trio das chamadas irmãs Brontë, haja vista que suas irmãs também escreveram e publicaram romances que até hoje são mundialmente conhecidos.

Por sua vez, também nos deparamos com Maria Firmina dos Reis, escritora brasileira negra que nasce um pouco mais tarde em 1822 no estado do Maranhão, filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos reis e considerada como a primeira romancista brasileira com a publicação da obra *Úrsula* (1859).

---

<sup>1</sup> Charing Cross é a junção de três ruas, Strand, Whitehall e Cockspur Street, em Westminster, dentro da Londres Central, Inglaterra, Reino Unido.

A respeito da origem e da infância das autoras, é registrado que não se sabe muitos detalhes acerca da vida da segunda filha mais nova do vigário Patrick Brontë, entretanto as poucas informações sobre a autora já demonstram a razão da profundidade de suas emoções. Sua breve vida mostra que apesar das dificuldades enfrentadas, sua trajetória enquanto escritora se deu também através de suas experiências únicas que, de maneira catártica, manifestam-se através de seus escritos. Em primeiro lugar, sua trajetória intelectual se inicia desde a infância, conforme aponta Claire O'Callaghan (2018) em seu livro *Emily Brontë Reappraised*, Emily Brontë juntamente com suas irmãs brincavam de escrever histórias para seus soldados de brinquedo.

Para Ramos (2018), a imaginação de Brontë era assombrosa, ela e seus irmãos durante o inverno “escrebían, leían sus manuscritos en voz alta y caminaban de un extremo al outro discutiendo batallas, sacrilégios, filiaciones, apócrifas, reinos, perjúrios”. Também é narrada a influência da presença de jornais ultraconservadores da época como o *Leeds Intelligencer* lido por seu pai, que proporcionou a todos uma consciência do que acontecia com a política Inglesa por volta de 1827, de acordo com Ramos (2018), “las batallas políticas del duque de Wellington y los debates entre tories y liberales en el Parlamento los transportaban com exaltación e inspiraron juegos y batallas y, más adelante, textos literários”.

Outro momento importante na vida da autora foi sua estadia em um colégio interno. É necessário pontuar que Emily Brontë perde a mãe aos três anos de idade ficando aos cuidados de seu pai e de sua tia que logo a envia, juntamente com suas irmãs, para um colégio interno em Cowan Bridge. Embora fosse uma prática muito comum para os ingleses do século XIX, enviar os filhos para colégios internos, tais instituições não eram conhecidas por seu aconchego e proteção, pelo contrário, os colégios eram descritos como locais em que haviam castigos, má alimentação e muito frio.

É possível perceber o quão traumático foi essa ida ao orfanato quando lemos o livro de sua irmã Charlotte Brontë, caracterizado por muitos estudiosos como um romance autobiográfico. Na obra *Jane Eyre*, publicada em 1847, a personagem principal também é enviada para um orfanato, local onde testemunha e é vítima de maus tratos. A autora pontua acerca do diretor do orfanato para qual Jane é mandada como aquele que “tem analisado as melhores maneiras de esmagar nas crianças esse sentimento mundano que é o orgulho”. É unanimemente colocado que

as irmãs Brontë enquanto estiveram no orfanato sofreram o suficiente para que duas das cinco irmãs acabassem morrendo.

De acordo com Claire O’Callaghan (2018), o isolamento das crianças da família Brontë não apenas as fez dependerem mais umas das outras, como também possibilitou “talentos literários extremamente criativos” o que mais tarde é comprovado através de suas obras. O’Callaghan (2018) descreve um episódio em que as irmãs Brontë ganham de presente de seu pai uma caixa com soldados de brinquedo, sua irmã Charlotte registrou em seu diário que cada uma escolheu um soldado para chamar de seu. Elas não apenas brincaram com eles como qualquer criança faria, mas criaram para eles histórias tão engenhosas e suas histórias começaram a fertilizar o solo de suas imaginações que cresceria ainda mais, “as histórias que todos criaram descrevera, as muitas rixas, amores, política, prisões e sagas domésticas de seus mundos imaginários”. Emily Brontë tinha tudo que precisava em sua imaginação.

Paralelamente, Maria Firmina dos Reis, com uma origem humilde, vivencia a experiência de ser uma mulher negra no Brasil oitocentista. Numa sociedade em que, como descrita por Duarte (2018), o ser negro era estar em permanente confinamento de um “atributo de inferioridade”, no qual o substantivo “negro” era vinculado a uma rede de qualificativos perversos, a autora produz um vasto repertório literário bem como se destaca por sua proeza e genialidade na escrita.

É preciso abrir um parêntese para pensarmos que o período oitocentista brasileiro foi marcado por grandes fatos históricos e manifestações sociais que contribuíram e influenciaram direta e indiretamente as produções literárias vigentes na época. Dentre os principais eventos históricos do século XIX, deparamo-nos com o fim da escravidão que perdurou por trezentos anos, em um país ainda extremamente desigual. Embora a abolição da escravidão tenha ocorrido ainda em 1888, somente mais tarde, entre 1920 e 1930, que os pensadores brasileiros passaram a buscar metodologias para entender a identidade nacional até então vivendo em uma ordem social racista que para Florestan Fernandes era derivada dos conflitos de classe gerados pelo modo de produção escravista (FARIAS, 2004).

A literatura do período oitocentista não apresentava muitas diferenças quanto às questões de desigualdade. Conforme Bosi (1992), conceituado autor da clássica História Concisa da Literatura Brasileira, as formas históricas que enlaçaram colonização, culto e cultura também influenciaram a produção literária e artística no

Brasil de tal modo que durante muito tempo apenas uma voz era ouvida e não era a voz das minorias tão presentes em um país miscigenado e pós-colonial.

Portanto, é salutar a compreensão da literatura e da história como movimentos recíprocos de manifestação social e política. De acordo com Leal (2007) apud Silva (2012), ao tentar (re)pensar a noção da historiografia na literatura, das nove perspectivas abordadas pelo autor, pode-se pensar no contexto desta pesquisa, em quatro perspectivas que se sobressaem, são essas: a individuação de cada obra literária e sua relação com a historiografia; a conceituação de literatura para a historiografia frente à pluralidade sociocultural da Inglaterra e do Brasil; a existência de possíveis sistemas literários e suas inter-relações que formam um macro sistema literário na literatura e, sobretudo, as manifestações das minorias nas obras em questão.

Sendo assim, voltamos a refletir sobre a trajetória bibliográfica de Maria Firmina dos Reis. Ela está inserida entre as mais importantes romancistas de 1800, entretanto, teve sua voz silenciada mesmo tendo escrito vários tipos de gêneros literários, dentre eles, o gênero romance, mas que não aparece sendo citada em nenhuma bibliografia da historiografia literária brasileira do século XX. Para melhor entender sua obra e sua representação na literatura brasileira é necessário percorrer sua história e suas obras. Conforme é colocado por Adler (2018), Maria Firmina foi filha de uma mulata forra, escrava do Comendador Caetano José de Teixeira, um dos maiores comerciantes da região entre os séculos XVIII e XIX. Firmina tinha suas características físicas a descrevendo com “[...] rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino curto, amarrado na altura da nuca, olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos; meã (1,58, pouco mais ou menos), morena” (MORAIS FILHO, p. 259, 1975 apud ADLER, 2018). De acordo com Zin (2019), Maria Firmina dos Reis foi uma menina bastarda, advinda de uma família de pequenas posses, vivendo sob condições de segregação racial e social latentes.

É necessário ressaltar que durante muito tempo a imagem da autora não era fidedigna, sendo-lhe atribuída erroneamente a imagem da escritora Maria Benedita Câmara Bormann. Ainda hoje a Academia Ludovicense de Letras (ALL) tenta desfazer tal equívoco. No caso, a também escritora Maria Benedita nasceu em Porto Alegre em novembro de 1853 e aparece em grande parte das pesquisas realizadas pela academia (ADLER, 2018).

**Figura 1 - Maria Benedita Câmara Bormann**



Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&u> 1

**Figura 2 - Maria Firmina dos Reis**



Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&ur> 1

É possível verificar conforme as imagens acima que aquela que corresponde verdadeira e fidedignamente à escritora Maria Firmina dos Reis é um busto, o qual se aproxima das descrições da autora encontradas nos relatos científicos e jornalísticos como podemos conferir através das leituras de Zin (2019), Adler (2019), Miranda (2019) e Furtado (2017). Cumpre ressaltar ainda segundo estes autores que pode ser considerada frágil a condição de reconhecimento enquanto a autora estava viva, pois não possuía posses ou traços que favorecessem a perpetuação de sua imagem, tendo em vista que político e socialmente Maria Firmina dos Reis não configurava o padrão que uma sociedade preconceituosa, gananciosa e autoritária perpetuaria.

Emily Brontë, diferentemente de Maria Firmina dos Reis, acaba recebendo notoriedade mesmo tendo publicado apenas um romance. A romancista inglesa teve seu diferencial ao ser considerada historicamente com a referência de sua obra em lista de cânones enquanto muitas outras foram silenciadas, pois se percebe uma

quase inexistência de referências a autoras, principalmente, do período vitoriano. A exemplo disso, temos a obra intitulada *O cânone ocidental* (2001), escrita por Harold Bloom, na qual há uma listagem dos autores considerados canônicos dentre os tais o número de mulheres não corresponde a uma centena dos mais de novecentos nomes referenciados.

Faz-se necessário pontuar que a presença de Emily Brontë na listagem feita por Harold Bloom bem como seu nome ser mundialmente conhecido no âmbito da literatura como resultado de inúmeros fatores, dentre eles, de seu talento e criatividade enquanto escritora. Porém, não se pode deixar de lado o trabalho feito por sua irmã Charlotte Brontë para dar visibilidade ao nome da família, também proporcionou tal reconhecimento.

Vemos que a trajetória intelectual de Emily Brontë acontece atrelada a da irmã, a qual é responsável por quase todas as informações que hoje se tem da autora, sendo os seus diários como fonte primária de referências para traçar sua trajetória intelectual. É a partir também das correspondências de Charlotte Brontë, por exemplo, que se tem a informação que aos vinte anos Emily Brontë começa a trabalhar como professora na Law Hill School em Halifax, ocupação que sua irmã classificou como um trabalho árduo, quase escravo (BARKER, 1997, p. 52).

Conforme é referenciado por O'Callaghan (2018), o trabalho exercido por Brontë não lhe proporcionou quase nenhum prazer na formalidade de aprendizado e educação em Law Hill e, com a deterioração de sua felicidade e de sua saúde, Emily Brontë acabou por retornar para sua vida no interior. Durante o período que esteve em casa, sua irmã Charlotte elabora um plano que possibilitaria a permanência social e financeira de maneira independente, para isso, ela sugere que as irmãs, juntamente com ela, montem sua própria escola. O que acaba culminando em uma viagem para que elas possam se aperfeiçoar em um instituto para mulheres em Bruxelas.

Esse momento na vida de Emily Brontë mostra que apesar de ser uma mulher, sua classe lhe permitiu certos privilégios que consoante ao seu talento e dedicação enquanto escritora, confabularam para seu sucesso e perpetuação através do tempo. O termo “classe” aqui referido, entende-se como proposto pelo sociólogo alemão Max Weber em que tal fator não se restringe apenas ao critério econômico, mas leva em consideração também a dimensão subjetiva, simbólica e cultural, sendo um atributo de posição dentro da estratificação social que confere

privilégios e deferências. Emily Brontë compõem então o que Woolf (2004) classifica como a classe média inglesa e se configura como uma mulher branca europeia do século XIX.

Quanto ao trabalho literário de Brontë mesmo em casa, quando se lê que

In later years, servants would report to biographers their memories of Emily working in the kitchen, recalling how she always had a book in hand as she worked, both to read (we know she was learning German) and to make notes. Being at home clearly opened up Emily's creative drive, and in 1844 she began to separate her poems into two different notebooks: a Gondal one and a non-Gondal one. It was in 1845 that Charlotte discovered Emily's poems and persuaded her sister, eventually, to publish them in a joint volume with material by Charlotte and Anne (O'CALLAGHAN, 2018).

Desta forma, percebe-se que a criatividade de Emily Brontë, bem como sua dedicação para escrever não dependiam da publicação do seu trabalho, apenas com o incentivo de sua irmã mais velha é que as irmãs Brontë acabam publicando seu livro de poesia e mais tarde cada um publica um romance.

De volta ao Brasil, Maria Firmina dos Reis dispõe de uma trajetória um pouco diferente, a autora em questão nasceu e cresceu no estado do Maranhão do qual nunca se ausentou. Entender as condições sociais da época em que Maria Firmina viveu é crucial para compreender sua obra, a importância dos seus escritos e do seu pioneirismo. Para isso é necessário pontuar também as questões geográficas, políticas e sociais que ambientaram a vida da autora. O Brasil até setembro de 1822 era colônia de exploração portuguesa, até então o Maranhão surge como unidade geográfica e política em 1534 com a divisão da Coroa portuguesa em capitanias hereditárias e com posteriores modificações, em 1920 alcança a conformação territorial vigente (FERREIRA, 2008 apud ADLER, 2018).

No século XVII, o Maranhão tem um surgimento glorioso no cenário econômico da Colônia por causa de sua presença no mercado internacional desde a expulsão dos franceses em 1615 e, mais tarde, já no século XIX, ocupava o segundo lugar entre os estados industriais (ADLER, 2018).

Compreendendo que entre os anos de 1871 e 1914 o cenário mundial presenciou um período de profundas transformações culturais, vivendo o período histórico da *Belle époque*, a vida cultural no Maranhão não foi diferente, pois ganhou intensidade e expressividade. O Maranhão foi cenário de poesia, de prosa e de grande produção jornalística do século XIX, recebendo o título de *Athenas Brasileira*



e apresentando grandes nomes de intelectuais e escritores brasileiros. Entretanto, de acordo com Leal (1987) apud Adler (2018), apesar da grande produção literária do *Pantheon Maranhense* a participação feminina era rara devido ao fato de por muito tempo não se ter o mesmo acesso educacional por parte das damas do período, mas apesar disso, Maria Firmina dos Reis escreveu e disponibilizou produções valorosas que ecoam até a atualidade.

Os escritos de Maria Firmina dos Reis foram inúmeros, ela escreveu não apenas prosa como seu romance *Úrsula* (1859), mas também contos, tais quais *Gupeva* (1861) e *A escrava*(1887). Também se fez presente na poesia com *Cantos à Beira Mar* (1871) e escreveu inúmeras canções além dos seus diários pessoais (ADLER, 2018)

A partir dos escritos da autora maranhense, os conflitos sociais são palpáveis, como coloca Miranda (2018), o romance é um solo fértil para tais temáticas:

Fértil, porque no gênero romance pode-se ver melhor delineados os conflitos, os dissensos e disputas dos indivíduos frente à ordem social, pois a escrita dispõe de mais tempo e espaço para articular os pensamentos e ideias acerca do imaginário, do concreto, dos devires, e suas implicações diante da história e dos caminhos subjetivos. No gênero romance, que é múltiplo e diverso por natureza, tanto os macroprocessos pertinentes ao social quanto as micropolíticas do cotidiano são articulados na tessitura da narrativa através do triângulo sujeito, tempo e experiência, resultando em uma forma escrita que se revela estrategicamente num instrumento cognitivo do mundo (p.276)

Maria Firmina não apenas usou o tempo e espaço para articular pensamentos e ideias acerca das implicações de suas histórias, como também se pode ver nos seus textos um retrato do Brasil do século XIX e a ideologia que direcionava a sociedade oitocentista brasileira da época. Em sua narrativa, os microprocessos e as micropolíticas são articuladas colocando o negro, o índio e a mulher como sujeitos em um tempo de segregação e desvalorização latentes, vivendo a experiência da falta de compaixão e das mazelas do cativeiro físico, moral e intelectual.

Enquanto escritora, Algemira de Macedo Mendes (2016) aponta para Maria Firmina dos Reis como pertencente ao paradigma de professora e escritora que, caso tivesse sido levada em conta, alteraria o cânone da história da literatura brasileira. Também vemos que Emily Brontë pertence a esse mesmo espectro,

entretanto, vemos que ao ser levado em consideração, seu escrito acabou por alterar o cânone da literatura inglesa.

Brontë morre em 1848 aos 30 anos de idade acometida de uma enfermidade que até hoje não se sabe ao certo, mas sua contribuição para a construção da literatura inglesa do século XIX foi de extrema importância. Os comentários de Charlotte acerca da morte de sua irmã evidenciam que parte de sua tristeza foi porque Emily Brontë ainda tinha muito para contribuir. Em suas cartas ela escreve: “I could hardly let Emily go – I wanted to hold her back then – and I want her back now” (O’CALLAGHAN, 2018)

É verdade que Maria Firmina dos Reis morre em 1910 aos 88 anos pobre, cega e só, não tendo em vida todo o reconhecimento que lhe era devido pelo seu pioneirismo. Entretanto, apesar da vida marcada por luta e dissabores, a autora conseguiu, através de suas narrativas, manifestar e perpetuar opiniões.

Emily Brontë teve seu diferencial ao ser considerada historicamente com a referência de sua obra em lista de cânones enquanto muitas outras foram silenciadas, dentre essas muitas outras está Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra que foi pioneira em muitos aspectos na literatura brasileira, porém não é mencionada em nenhuma historiografia literária do século XX, vindo a ser resgatada tardiamente. O que se percebe é uma quase inexistência de referências a autoras, principalmente, do período vitoriano. A exemplo disso, temos a obra intitulada O cânone ocidental (2001), escrita por Harold Bloom, na qual há uma listagem dos autores considerados canônicos dentre os quais o número de mulheres não corresponde a uma centena dos mais de novecentos nomes referenciados.

É preciso uma reflexão para indicar o sentido da palavra cânone que, do grego *Kánon*, remete a regra, sendo mais tarde relacionado especificamente a um conjunto de textos-modelo escritos por autores reconhecidos como mestres (PERRONE-MOISÉS, 1998 apud SILVA, 2011). Com as palavras de Dias (2012), “mesmo diante da sua importância, a lista de Bloom não deve ser vista como a representação máxima do que se entende por obras canônicas, mas como uma das fontes possíveis de ilustração do pensamento patriarcal e ocidental da academia” (p. 18).

De acordo com Telles (2006), isso não é por acaso, pois o cânone se configura como paradigmático e seus textos e autores são de tal forma considerados que acabam por ser um tipo de *pantheon* e qualquer ideia que fuja a ele é

descartada. Assim sendo, vê-se que há relação estreita entre escrita e poder, já que através do silenciamento de algumas vozes, há um controle para que a ordem social se mantenha através de sua base imperial, sexista e excludente.

Havia também uma ordem social da presença masculina, sobretudo, na escrita de gêneros como o romance. É preciso trazer a memória que principalmente nos anos que se seguiram ao ano de 1800, os romances eram quase que comumente escrito por homens. Esse fato explica o uso dos pseudônimos por parte das autoras oitocentistas como uma forma de ganhar um espaço no mercado literário. Para Silva (2011), muitas das mulheres-escritoras tiveram de viver com uma política de ocultamento e tiveram suas obras atribuídas a outros sujeitos, uma das muitas tentativas para integrar o cânone era a partir dessa prática. Emily Brontë e suas irmãs também usaram pseudônimos, quando seu primeiro livro de poesias foi lançado em 1846 sob a autoria de Currer, Ellis e Acton Bell, tais nomes correspondiam respectivamente a Charlotte, Emily e Anne Brontë e tinham as mesmas iniciais de suas autoras, bem como compartilhavam seu sobrenome.

De acordo com Moura (2015), a autora usa o pseudônimo Ellis Bell para não ferir os costumes e as tradições de sua época, já que como mencionado anteriormente, no século XIX a escrita e autoria feminina não eram aceitas socialmente. Para Moura (2015), “o que importava para elas era encontrar uma forma de se movimentarem como pessoas e não como escritoras, tomando, contudo, cuidado para não afrontarem as tradições”.

Pela repercussão que sua obra teve, é sabido que Emily Brontë não escreveu apenas poesia, mas aventurou-se por escrever seu célebre romance *O morro dos ventos uivantes* (1847). Para Woolf (2004), a escolha de muitas mulheres escolherem esse gênero para escrever era devido a facilidade de conciliar a escrita com a vida doméstica da mulher londrina de classe média, pois “seria mais fácil escrever ali prosa e ficção do que poesia ou uma peça. Exige-se menos concentração” (WOOLF, 2004, p. 66). Todavia, como é posto por Carvalho (2018) escrever um romance não demandava apenas tempo, mas imaginação e grande conhecimento, sendo, portanto, um dos gêneros mais difíceis de se escrever.

O romantismo corresponde então a escola que tinha o individual como o tema central de reflexão. De certo modo, o romantismo se opunha a escola anterior, o classicismo, pois não possuía sua objetividade. Os românticos tratavam de questões mais subjetivas e suas temáticas eram voltadas para amores trágicos, ideais

utópicos, revoluções e exaltação das emoções. Apesar de não se poder traçar uma linha histórica que divida uma escola de outra, tem-se Os sofrimentos do jovem Werther (1774), de Johann Wolfgang Goethe, e Miss Sara Sampson (1755), de Gotthold Ephraim Lessing, como duas das obras consideradas como inaugurais do romantismo na Europa.

No princípio, o movimento romântico era mais um estado de espírito que uma nova corrente artística, era um descontentamento triste com a visão de mundo engessada pelo classicismo. Esse pesar ganha forma de movimento artístico, literário e filosófico absolutamente inverso à sua escola antecessora. Se para os clássicos, o autor tinha pouco valor em sua obra, para a escola romântica autor e obra se confundiam, buscava-se inspiração na subjetividade da vida: nos sonhos, na fé, nas paixões. E, sob estes aspectos, em 1827, o Prefácio de Cromwell, escrito pelas mãos de um dos maiores dos românticos e inspirado em Chateaubriand, estabelece a teoria do drama romântico, resolutamente oposta à classicista (IWAMI, 2016, p. 13).

É nesse sentido de valorização do autor que a autoria se mostra ainda mais importante, a subjetividade da vida das escritoras está diretamente relacionada não apenas a qualidade estética do seu trabalho como as denúncias sociais que elas puderam fazer com suas obras. De modo mais específico, o que Emily Brontë fez com sua obra reflete a sua intensa personalidade e sua reflexão sobre o mundo a sua volta.

O gênero romanesco, de acordo com Dias (2012), apenas começou a receber prestígio a partir do século XIX, pois até então ele se configurava como um gênero em ascensão e escrevê-lo era um empreendimento de grandes riscos. O romance foi por muito tempo considerado uma semiarte. Além de ser visto com desdém, era considerado como inferior ao drama e a poesia por não ser citado na poética de Aristóteles.

Portanto, “A apropriação feminina de um gênero supostamente masculino como o romance, não aconteceu sem angústias por parte das autoras” (p. 20), porém isso não impediu a produção desse gênero. Inclusive Emily Brontë é considerada pioneira, sendo a responsável por introduzir na ficção inglesa o uso de múltiplos narradores, bem como a autora rompeu com o padrão feminino de escrita que lhe era esperado, pois ela não escreveu sobre trivialidades ou sobre casamento, bailes e aventuras. Em seu romance se percebe dor, traição, vingança e fantasmas. Vê-se as relações da sociedade inglesa oitocentista, o poder cultural, o estigma racial, dentre outros aspectos, haja vista a riqueza de seu romance.

Maria Firmina dos Reis também se vale dessa estratégia narrativa para dar voz aos seus personagens, os tornando narradores de suas próprias histórias e tornando-se pioneira no Brasil por ser a primeira a abrir um espaço para o negro através de sua literatura. Em seu romance encontra-se desde uma história de amor intensa até denúncias de barbáries frequentemente vistas no período de escravidão no Brasil.

Para alguns autores como Iwami (2016) e Moura (2015), a escrita de Emily Brontë pode ser, ainda, classificada como um romance gótico por causa da expressão primorosa da turbulência e da ansiedade desse período de intensas transformações que foi o século XIX. Vale destacar também que Brontë não se importava com o estilo de escrita romântica de sua época o que lhe permitiu ser ousada e inovadora em muitos aspectos.

Conforme aponta Showalter (1986) apud Xavier (1996), o percurso literário feminino perpassa de maneira geral por três etapas entre os anos de 1840 e 1960 tendo como referencial a cultura dominante. A primeira etapa corresponde a uma imitação dos moldes tradicionais, a segunda fase como aquela em que se perceberá uma ruptura com os padrões a partir da defesa das minorias, bem como seus direitos e valores, incluindo uma busca por autonomia. Por fim, a terceira fase corresponde a busca por identidade. A autora destaca que embora haja diferentes fases em que a escrita feminina pode ser encaixada, não se trata de categorias rígidas, podendo assim, uma mesma autora se encaixar em mais de uma fase.

Emily Brontë transita, portanto entre a segunda e terceira etapas, pois através do seu romance *O morro dos ventos uivantes* publicado em 1847 há uma ruptura com os moldes romanescos bem como uma autonomia, sem deixar de lado sua identidade. Tais aspectos, mais adiante, poderão ser comprovados a partir da análise da obra da mesma maneira que se poderá ver as relações coloniais que nela se estabelecem, dentre elas como a classificação das raças pode ser lida através de um personagem cigano. O romance vitoriano publicado por Emily Brontë em suma narra a trágica história de amor entre Catherine Earnshaw e Heathcliff, tal como todos os desdobramentos desse relacionamento e da vida dos personagens.

Do mesmo modo, Maria Firmina dos Reis transita entre as três fases, pois em sua obra é possível encontrar a defesa das minorias, mais especificamente no caso do romance *Úrsula*, a defesa do negro. A autora usa da imitação dos moldes tradicionais de escrita para se inserir no mercado literário e assim obter seu espaço

intelectual e ao mesmo tempo consolida sua identidade através da evidência de suas ideologias transmitidas pela sua narrativa.

É ressaltado por Moura (2015), que *O morro dos ventos uivantes* quando publicado em 1847 sofreu duras críticas, sobretudo, pela linguagem obstinada e pela violência. De tal modo que a maior parte dos críticos considerou de se tratar de uma escrita masculina, pois para eles nenhuma mulher seria capaz de tamanha obscenidade ao apresentar uma narrativa tão selvagem, retratando uma paixão tão desregrada.

Por outro lado, conforme aponta Zin (2019) e Telles (2018), a escritora maranhense foi muito bem recebida pela imprensa de São Luís, capital da então província do Maranhão, como pode-se aferir em um trecho de uma nota publicada pelo periódico *A verdadeira Marmota*, por volta de 1961: “O aparecimento do romance “*ÚRSULA*” na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito” (MORAIS FILHO, 1975 apud ZIN, 2019, p. 11).

Maria Firmina dos Reis conseguiu florescer em um terreno árido em que dificuldades como baixa escolaridade, limitação do sexo feminino, analfabetismo crônico e dificuldades de inserção no meio literário faziam parte da realidade brasileira, principalmente para aqueles que se encontravam nas camadas mais baixas da sociedade, caso da referida autora.

Deste modo, entende-se que o pioneirismo de Maria Firmina dos Reis aponta para além de uma inovação literária do século XIX, aponta para uma compreensão humana e real dos sentimentos daqueles que foram e são vítimas de um sistema desigual e impiedoso.

Com as palavras de Calvino (2007) a respeito do significado de clássico, poderíamos facilmente encaixar tanto o romance de Brontë como o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis na definição de que é uma obra clássica porque “nunca termina o que tem a dizer”. Deste modo, ambas as obras podem ser consideradas como romances épicos, melodramáticos e com grandes emoções que contagiam seus leitores mesmo depois de décadas. Mas não apenas isso, os romances são um retrato de uma sociedade excludente.

Consoante ao que diz Woolf (2004), “ficção precisa se ater a fatos, e quanto mais verdadeiros os fatos, melhor”, nesse sentido, pode-se averiguar que, embora a

obra de Brontë se atenha em um primeiro plano ao romance de Catherine e Heathcliff e o romance de Reis trate da história da menina Úrsula e seu amor com Tancredo, seus enredos se atém a fatos verdadeiros de uma sociedade oitocentista segregadora. Para isso, é preciso entender o que acontecia na Inglaterra e as teorias que influenciaram o mundo em meados de 1800.

### 3 RAÇA, PENSAMENTO SOCIAL E CULTURA

As obras *Úrsula* (1859) e *O morro dos ventos* (1857) são romances que apesar de tratarem de questões de amor trágicas, trazem um elemento que os diferenciou dos demais escritos de sua época. As autoras oitocentistas trazem personagens racialmente excluídos para ocuparem papéis importantes em suas tramas. A audácia e preciosidades desses escritos podem ser bem compreendidos quando o analisamos sob um viés histórico, social e antropológico muito bem utilizada na historiografia literária que, conforme Massaud Moisés (2007) ressalta, vai além da análise dos textos e suas interpretações, pois apresenta tudo o que circunscreve o texto, para assim utilizar como ferramenta interpretativa nas questões históricas que permeiam as obras. Logo, voltaremos no tempo para entender como se dá a relação entre as raças e de que maneira essa compreensão será necessária para refletir a literatura produzida por Emily Brontë e Maria Firmina dos Reis no século XIX.

Neste contexto, o professor Dr. Kabengele Munanga (2003) ao escrever sobre uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia aponta, em primeiro lugar, para a origem do termo “raça” que do latim *ratio* significa sorte, categoria, espécie e que, à priori, este termo foi utilizado na Zoologia e na Botânica para classificação de espécies animais e vegetais.

Em segundo lugar, Munanga (2003) evidencia que com a ressignificação do termo para designar a descendência, a linhagem e as relações ancestrais, a raça em seu significado moderno, é aplicado por François Bernier como “diversidade humana em grupos fisicamente contrastados”. Assim, o conceito que foi evoluindo conforme as tendências de pensamento não surge do nada e bebe em algumas fontes, sendo a principal delas a teoria cientificista.

No século XVII, o Iluminismo traz novos debates acerca da classificação dos povos que foram encontrados a partir das expedições dos países europeus. Não mais contentes com as explicações dadas pela Igreja até então, que classificava os indivíduos como também descendentes de Adão, acabam por se valer do conceito de raça já existente nas ciências naturais e acabam por classificar os tipos de raças



humanas, ou seja, não apenas homens, mas sim, homens brancos, negros ou semitas.

O problema não está na classificação, mas o que essa classificação desencadeou, haja vista que as posições que se encontravam cada um dos indivíduos, pois o homem branco europeu acabou por se colocar acima de todas as outras raças. Como dito anteriormente, a situação desses povos, correspondentes a novas raças na história da humanidade, enquanto dominados político e culturalmente, como colocado por Munanga (2003), pavimentou o caminho do racismo.

Como colocado por Mbembe (2014), o problema da concepção de raças não foi necessariamente sua categorização, mas os diferentes valores que foram dados a cada uma delas. Até meados do século XIX, a Igreja defendia um traço comum em todos os povos, apesar de suas diferenças todos podiam ser considerados como descendentes de Adão e conseqüentemente filhos de Deus. Apesar disso, alguns pesquisadores já falavam acerca da evolução das espécies, entretanto, foi o naturalista inglês Charles Darwin o pioneiro ao explicar sua teoria e mostrar argumentos que a validassem academicamente perante a sociedade oitocentista. Ele tratou acerca da chamada "seleção natural" que com suas palavras poderia ser empregada como "a persistência dos mais aptos".

Neste período, autores como Spencer, Darwin, Comte, Haeckel, Taine, Gumpowicz e Buckle foram tidos como os grandes nomes da ciência no século XIX, compondo o quadro de grandes naturalistas e evolucionistas através de suas teorias. Para eles, de maneira geral, a raça está relacionada às classificações com base na cor da pele e em outros traços fenotípicos apresentados por diferentes povos. Todavia, conforme aponta Carula (2012), esse modelo naturalista não ficou apenas para as interpretações do mundo biológico e acabou por se estender para a esfera social proporcionando uma ressignificação dos princípios darwinistas para analisar e justificar questões de cunho social.

A ressignificação desses princípios proporcionou também a formação de outras áreas do conhecimento, tais quais, a antropologia, a sociologia e a filosofia. Conforme é posto por Ventura (1991),

A formação da antropologia esteve ligada à expansão colonial europeia e à difusão de uma ideologia civilizatória, cujo discurso ordenou os povos e as raças, atribuindo-lhes um lugar e um papel na história humana. Para tanto,

negou-se a existência de sociedades com história, documentação e formas de escrita fora do espaço europeu e asiático. As disciplinas voltadas para os exames do grupos não-ocidentais, a antropologia e a etnologia, expulsaram o africano e o americano do território da história, o que produziu para Michèle Duchet, a “divisão dos saberes”, ou a separação entre história e etnologia, na passagem do século XVIII ao XIX (p. 24)

Deste modo, pode-se compreender que a expansão colonial europeia difundiu uma ideologia civilizatória que consistia em uma supremacia que determinou os povos e as raças, de tal modo que aos povos dominados foram atribuídos papéis inferiores ao homem branco europeu e à mulher. É possível perceber a dominação ideológica e cultural a partir do romance de Emily Brontë que escreve sobre um personagem considerado cigano ou diferente do homem branco europeu e por isso acaba padecendo de muitas injustiças, dentre elas, a impossibilidade de se tornar alguém melhor.

De acordo com Mbembe (2014), “o pensamento europeu sempre tendeu a abordar a identidade não em termos de pertencimento mútuo (copertencimento) a uma mesmo mundo, maçantes na relação do mesmo com o mesmo, do surgimento do ser e da sua manifestação em ser seu primeiro ou, ainda, em seu próprio espelho” (p. 6). Podemos confirmar esse pensamento, pois como se percebe na história de vários países colonizados, a Europa sempre acabou como modelo a ser seguido em um processo contínuo de influências. O poder bélico, o papel de colonizador e primazia do conhecimento acabaram por corroborar para que os europeus se colocassem como um exemplo a ser seguido, ou ainda, um modelo a ser desejo pelas outras civilizações.

Para Mbembe (2014), o vertiginoso conjunto de delírios e inferiorização das raças é marcado em suma por três grandes momentos na história: o primeiro que ocorre entre os séculos XV ao XIX, no qual homens e mulheres são violentamente retirados de sua terra natal, a África, e trazidos como mercadorias e objetos para terras distantes. Perdendo seu direito enquanto indivíduos, eles passam a pertencer ao outro. O segundo momento está relacionado ao surgimento da leitura e escrita no final do século XVIII em que os negros conseguem articular uma linguagem própria e reivindicam assim o estatuto de sujeitos plenos no mundo. Neste período, é possível acompanhar as inúmeras revoltas de escravos

Destarte, é preciso refletir que a imagem que se tinha do negro era uma imagem negativa. Consoante ao que é evidenciado por Ortiz (1985) e Ventura

(1991), uma série de pensamentos baseados na teoria Darwinista, incentivou pensamentos de superioridade da raça ariana em detrimento das demais. Em Nina Rodrigues, por exemplo, vemos que o negro é explicado a partir da tríade raça-crime-loucura donde resulta uma teoria que preconiza uma tendência do indivíduo negro ao crime e à violência.

Essa visão de superioridade do continente europeu não era por acaso. Devido ao seu lugar de influência e de colonizador acaba por influenciar todo tipo de pensamento tanto no campo das ciências como da arte e da literatura. A própria abolição do tráfico de escravos em 1850 pode ser evidenciada como fruto da pressão da Inglaterra sobre o Brasil.

O cativo antes tido como natural, benevolente e civilizador, passou a ser denunciado como cruel, injusto e pouco rentável. A substituição do trabalho escravo pelo assalariado se deu associado à percepção de uma sociedade dividida entre senhores indefesos, de um lado, e escravos violentos, de outro. A escravidão passou a ser vista como problemática e se falava entre as camadas letradas, de um “perigo negro”, que traria riscos à sobrevivência da civilização do Brasil (VENTURA, 2000, p. 46).

Esse tipo de influência pode ser mensurado a partir dos estudos pós-coloniais. De maneira geral, eles correspondem a um conjunto de teorias que refletem acerca das marcas que os grandes exploradores deixaram em suas colônias. Para Bonici (2012), a crítica pós-colonialista atualmente é vista como um outro tipo de abordagem para compreender o imperialismo, bem como a influência desse sistema em um contexto macro ou mundial e enquanto um fenômeno localizado.

A experiência de colonização afetou de maneira significativa os povos marginalizados e oprimidos. Desta feita, um dos principais objetivos dos estudos pós-coloniais é trazer à memória todo o contexto histórico e social desses povos que foram submetidos ao colonialismo na tentativa de dar a eles voz ao fazer conhecida sua história, já que, na maior parte das vezes, sua literatura foi considerada selvagem, primitiva ou iletrada.

Aliado à experiência colonizadora está o imperialismo, sistema que corroborou para a submissão dos povos colonizados. É importante ressaltar que embora o colonialismo e o imperialismo não sejam sinônimos, os dois significantes têm seus significados muito próximos, principalmente, quando se percebe na história

que um sistema político corroborou para a implantação de outro. A partir de sua definição, vemos que conforme é colocado por Dias (2011), o dicionário inglês *Oxford Advanced Learner's Encyclopedic* classifica o imperialismo como a “política de extensão do poder de um país e sua influência no mundo através da diplomacia ou força militar e, especialmente, pela aquisição de colônias”, deste modo, ambos os termos são complementares, sendo quase que impossível tratar de um sem o outro. Entretanto, de acordo com Cashmore (2000) esse domínio pode ser apenas ideológico como é o caso dos países que se constituem como grandes potências mundiais e acabam por exercer esse domínio sem a necessidade da força militar, valendo-se apenas da diplomacia, em razão do termo em latim *imperium* sinalizar comando ou domínio.

Conforme aponta Dias (2011),

o termo colonialismo “[...] caracteriza o modo peculiar como aconteceu a exploração cultural durante os últimos 500 anos causada pela expansão europeia” (BONNICI, 2005b, p. 227). Por essa razão, o colonialismo agravou a situação dos povos colonizados - quando se compara com a colonização na antiguidade, onde qualquer povo poderia se tornar escravo de outro ao perder uma guerra, independente da própria raça – que eram racialmente diferentes, a exemplo de povos africanos, ou de minorias, como os aborígenes na Austrália.

Ou seja, embora haja a necessidade de entender as nuances que envolvem cada termo, é primordial entendê-los à luz dos fatos decorrentes dos ideais políticos e filosóficos, pois eles descrevem a exploração cultural causada pela expansão europeia. Por causa dessa exploração cultural, a situação dos povos colonizados foi agravada, já que, diferentemente dos povos antigos que escravizavam qualquer povo que viesse a perder em uma guerra, os colonizadores escravizaram povos que eram racialmente diferentes.

É necessário que se atente para a questão de que as definições encontradas para definir o colonialismo, pelo menos nos dicionários de língua inglesa, não fazem nenhuma menção aos povos que habitam originalmente a terra de que colonialmente se tem a posse. Tal falta, de acordo com Loomba (1998) apud Dias (2011), sinaliza propositalmente um esvaziamento do termo em questão dos elementos que estão arraigados a ele, tais quais, opressão, repressão, lucro, comércio, exploração, defraudação, preconceito, estigma e racismo. O período oitocentista brasileiro foi marcado por grandes fatos históricos e manifestações

sociais que contribuíram e influenciaram direta e indiretamente as produções literárias vigentes na época. Dentre os principais eventos históricos do século XIX, deparamo-nos com o fim da escravidão que perdurou por trezentos anos, em um país ainda extremamente desigual. Embora a abolição da escravidão tenha ocorrido ainda em 1833, somente mais tarde, entre 1920 e 1930, que os pensadores brasileiros passaram a buscar metodologias para entender a identidade nacional até então vivendo em uma ordem social racista que para Florestan Fernandes era derivada dos conflitos de classe gerados pelo modo de produção escravista (FARIAS, 2004).

A literatura do período oitocentista não apresentava muitas diferenças quanto às questões de desigualdade. Conforme Bosi (1992), conceituado autor da clássica *História Concisa da Literatura Brasileira*, as formas históricas que enlaçaram colonização, culto e cultura também influenciaram a produção literária e artística no Brasil de tal modo que durante muito tempo apenas uma voz era ouvida e não era a voz das minorias tão presentes em um país miscigenado e pós-colonial.

Portanto, é salutar a compreensão da literatura e da história como movimentos recíprocos de manifestação social e política. De acordo com Leal (2007) apud Silva (2012), ao tentar (re)pensar a noção da historiografia na literatura, das nove perspectivas abordadas pelo autor, pode-se pensar no contexto desta pesquisa, em quatro perspectivas que se sobressaem, são essas: a individuação de cada obra literária e sua relação com a historiografia; a conceituação de literatura para a historiografia frente à pluralidade sócio cultural do Brasil; a existência de possíveis sistemas literários e suas interrelações que formam um macro-sistema literário na literatura brasileira e, sobretudo, as manifestações das minorias na literatura brasileira.

Dentre as minorias entrementes, o negro e o cigano situam-se no centro deste capítulo. Faz-se necessário refletir, em primeiro lugar, sobre como esses dois grupos se encontravam no período oitocentista e como eles eram vistos a partir do viés literário.

O Brasil por muito tempo foi constituído como nação de vários povos e país miscigenado, entretanto, apesar do mito da democracia racial e do rótulo de um lugar onde as misturas das raças eram promovidas positivamente, vê-se na realidade que desde a chegada do negro à terra de Vera Cruz, seu lugar foi de subserviência e prisão física, espiritual e emocional após três séculos de

escravidão, onde milhares e milhares de negros aportaram para serem vendidos, trocados e barganhados pelos grandes senhores de terras brasileiros, detentores das riquezas materiais e da liberdade, havendo enfim uma esperança com a abolição da escravatura a partir da promulgação da Lei Áurea.

Entretanto, a extinção da escravidão não possibilitou melhores condições de vida aos negros que necessitavam continuar suas vidas em um país que ainda não reconhecia em seus semelhantes os laços fraternos que ligam todos os homens. Durante muito tempo, o Brasil assim como outros países da América promoveu um ideário de nação unida e não racista que na prática não existia. Conforme coloca Ferreira (2000), a identidade negra brasileira por muitas vezes apresenta-se negativamente devido aos estigmas de preconceito fundamentado em questões históricas que permeiam os conceitos de raça, etnia, discriminação e preconceito, há a categorização do negro de maneira reducionista, embasado em suas características étnico-raciais e exclusivamente na cor da pele em oposição ao branco.

Destarte, esse pensamento reducionista e todo o estigma não é por acaso. Com as teorias que surgiram na Europa promovidas pela Segunda Guerra Mundial pouco tempo depois da abolição da escravidão, havia o pensamento de que algumas raças eram superiores a outras, fato que promoveu pensar os conceitos de raça, que até então não existiam, e seus entraves para tornar o Brasil uma civilização. Segundo Silva (2007), pós-doutor em Educação com ênfase em estudos culturais e foucaultianos, dois grandes autores merecem atenção para entender a miscigenação brasileira, são eles: Silvio Romero e Nina Rodrigues. Para o primeiro, a miscigenação se enquadrava como meio de embranquecer o país, pois, havendo a distinção entre o negro como inferior e o branco como superior, possibilitaria o diluir da raça negra e o aumento do número de indivíduos de raça branca, tendo em vista a Europa lugar da raça ariana como ideário de nação para os brasileiros. Já para Rodrigues, os negros eram caracterizados inferiores em racionalidade, além de possibilitarem uma influência negativa no processo de miscigenação o que levaria a uma degradação ou degeneração racial.

Todavia, apesar da distinção dos pensamentos supracitados, é possível notar o negro sendo visto em ambas as colocações como algo negativo para a identidade de um país repleto da influência europeia, que mais tarde possibilitou imigração de alguns europeus para auxiliar no embranquecimento e higienização do povo brasileiro, pois não foi dada à população negra condições para desfrutar a

liberdade de modo digno.

Advém, portanto, o movimento eugênico brasileiro como mais um fator a desprestigiar a identidade negra e os indivíduos que não se encaixavam nos padrões, o brasileiro era visto em parte como um homem doente devido às questões de ordem biológica, de salubridade e de higiene.

Renato Ortiz (1985), no capítulo intitulado “Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX”, vai afirmar acerca da implausibilidade e inaceitação das teorias explicativas do Brasil em fins do século XIX e início do século XX. Neste capítulo, o autor traz a lume autores como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha e aponta o equívoco e a inadmissível forma como a questão racial no Brasil foi colocada pelos precursores das Ciências Sociais, pois tal questão foi posta com um contorno visivelmente racista.

Para ele, tais autores podem ser tomados como produtores de um discurso paradigmático do período em que escrevem. Silvio Romero, por exemplo, arrola o positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer e outras teorias para a superação do pensamento romântico e como fatores impactantes para a intelligentsia brasileira e que, embora distintas, tais teorias podem ser consideradas pelo aspecto da evolução histórica dos povos. De acordo com Ortiz (1985), quanto às questões políticas, "o evolucionismo vai possibilitar à elite europeia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo" (p.14) e que "a "importação" de uma teoria dessa natureza não deixa de colocar problemas para os intelectuais brasileiros (p.15).

Deste modo, pensar em "caráter nacional" na época de tais estudos, é ao mesmo tempo compreender os dilemas da defasagem entre teoria e realidade que corroboram para a construção de uma identidade nacional. Ao passo que o evolucionismo aponta conceitos para a compreensão do formar um Estado nacional, também existe a diferença entre a realidade europeia e a realidade brasileira, pois no Brasil tais conceitos irão adquirir novas particularidades. Ortiz (1985) aponta que para preencher o hiato entre teoria e realidade, foi necessário completar o evolucionismo com outros argumentos para o entendimento da especificidade social brasileira, encontrando, portanto, tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça.

Para o autor do capítulo, meio e raça são conceitos chaves para compreender o sentido de toda história brasileira escrita até então, constituindo

então categorias que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira na época. Conforme é colocado "a história brasileira (...) é aprendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro"(ORTIZ, 1985, p.16) Sendo assim, meio e raça traduzem dois elementos fundamentais para a construção identitária brasileira.

Ao considerar a problemática do meio, Ortiz (1985) traz as concepções do historiador inglês Burckle acerca do atraso brasileiro que fundamentalmente tratavam da visão pessimista do Brasil, onde a natureza suplanta o homem, pois seu atraso social era justificado pelos ventos alísios e toda uma argumentação climatológica. Salvo algumas críticas a interpretação de Burckle quanto a incompletude e o pouco conhecimento do inglês acerca do Brasil, aceita-se, de maneira geral, o argumento do meio como fundamento do discurso científico. Para Euclides da Cunha, por exemplo, o meio inóspito em que o nordestino é inserido o faz forte pela aventura de domesticação da caatinga, associando os defeitos e vicissitudes do homem brasileiro às dificuldades que teriam encontrado junto ao meio ambiente em que estão, para ele "o sertanejo é antes de tudo um forte".

A respeito da raça, é colocado que tal problemática é mais abrangente. Para Sílvio Romero, ela é vista como "base fundamental de toda história, de toda política, de toda estrutura social, de toda a vida estética e moral das nações"(ROMERO, p. 185 apud ORTIZ, 1985, p. 18) e nesse momento pós-abolicionista em que o negro passa a ser trabalhador livre, tem-se uma problemática racial mais complexa, havendo uma reavaliação do negro na sociedade e na economia. O Brasil se constitui, portanto, através da fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio, sendo considerado como espaço da miscigenação em que à raça branca era atribuída, pelo quadro de interpretação social, uma superioridade e ao negro e ao índio não, pois eram considerados entraves na construção da civilização brasileira.

De acordo com Ortiz (1985), para os intelectuais do período, os estigmas das "raças inferiores" poderiam ser eliminados na cadeia da evolução social. O ideal nacional de branqueamento da sociedade brasileira constitui-se então como utopia. Nesse contexto, "as leis da evolução cedem, assim, lugar às leis biológicas" então "da analogia entre biologia e sociedade chega-se à noção de doença, conceito-chave para o entendimento do atraso latino americano" o que leva Manuel Bonfim a construir a teoria do imperialismo baseada em termos de parasitismo social. Em suma, o escrito de Bonfim é uma crítica contra a opressão das metrópoles



colonizadoras que “sugam” suas colônias e vivem parasitariamente do trabalho alheio, sendo esse estado de parasitismo social ainda mais consolidado a partir da introdução do trabalho escravo, e o conservantismo e a falta de espírito de observação, são as qualidades mais funestas que definiriam o caráter brasileiro da época, na qual a primeira qualidade decorreria da posição do colonizador que procura manter-se no poder a qualquer custo, o que explica o horror com que os brasileiros veem os projetos de mudança social e sua dificuldade em se colocar diante do progresso social; e a segunda qualidade como a incapacidade de analisar e compreender a própria realidade brasileira. Tendo assim, a crítica de Bonfim sido direcionada principalmente aos políticos e intelectuais considerados essencialmente conservadores.

De maneira geral, Manuel Bonfim se posiciona contrariamente às ideias de Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha. Conforme aponta Renato Ortiz (1985), “o autor considera a mistura social como “renovadora”, no sentido de que tenderia a reequilibrar os elementos negativos herdados do colonizador” (p. 26), fundamentando assim o discurso contra uma pretensa desigualdade das raças humanas promovidas pelos exploradores.

No tópico intitulado “A “cópia” das ideias estrangeiras”, Ortiz (1985) aponta para o problema recorrente da intelligentsia brasileira da época com a absorção da ideias estrangeiras e o sincretismo intelectual dessa, muitas das vezes usando e absorvendo teorias estrangeiras de maneira equivocada, escolhendo diferentes objetos teóricos para serem utilizados e selecionando elementos pertinentes para a problemática social sendo o pensamento dos autores brasileiros mais próximos da ideologia de dominação associando-se aos grupos dominantes que teriam o intuito de um projeto da construção nacional. Assim, apresenta-se um impasse e um momento de transição, pois as Ciências Sociais reproduzem em seu discurso as contradições existentes na sociedade como um todo.

Roberto Ventura (1991), na primeira parte do livro *Estilo Tropical*, intitulada “Estilo, Raça, Natureza”, também aponta para as teorias que o século XIX dispõe como justificativa para inferiorização e subordinação dos povos latinos. Sobre escritores, polemistas e bacharéis ele escreve: “em 1888, a escravidão foi extinta. No ano seguinte, a monarquia ruía sob a pressão dos quartéis. Duas figuras se destacam, dentre os participantes de tais rupturas, pelas semelhanças e divergências entre seus percursos individuais: Silvio Romero e Joaquim Nabuco” (p. 9). Mais à frente discorre que as polêmicas de Romero se inserem em um

movimento crítico que, em termos de crítica literária, correspondeu à introdução do naturalismo, do evolucionismo e do cientificismo, tomando as noções de raça e natureza, “com o fim de dar fundamentos “objetivos” e “imparciais” ao estudo da literatura” (p.11), tornando assim, tais abordagens a partir de um ponto de vista histórico social.

Como justificativa para a construção de seu livro, Ventura (1991) traz os conceitos das duas óticas, tanto da história conceitual quanto da história cultural. Para o autor, a história conceitual se configura como a investigação das bases epistemológicas e das transformações das noções ou conceitos em períodos e discursos determinados; a história cultural corresponde aos modos ou estilos de pensamento, em um estrato social ou cultural englobando vários tipos de materiais de acordo com a cultura, seja ela erudita ou não, para que assim possa ser entendido como a construção da visão de mundo das pessoas e suas atribuições de sentido. Para Ventura (1991), houve vários debates das teorias das origens das espécies e evolucionistas e suas possíveis aplicações à literatura, à cultura e à sociedade e uma luta por “sobrevivência” ou “morte” de ideias e grupos, sendo uma época de “escritores combativos, de polemistas irados, de bacharéis em luta” (p.13).

O que Ortiz (1985) classifica como raça e meio, Ventura (1991) vai traduzir como raça e natureza, conceitos que, como foi explanado anteriormente, foram marco para os estudos sociais brasileiros da época. Entretanto, Ventura (1991) mostra como tais conceitos marcaram a crítica e a história brasileira até o ano de 1910, pois as origens do “estilo” literário eram atribuídas à ação diferenciadora do meio ambiente ou da mistura étnica.

Para o autor, Montesquieu relaciona os tipos climáticos às formas de escravidão, em particular a civil e a doméstica mais frequentes nas zonas quentes e tórridas, tendo em vista que os povos de tais regiões seriam mais propensos a aceitar a escravidão em todos os níveis, quer civil, através da dominação dos bens e da vida do outro, quer político, através do despotismo e da servitude e conclui que em termos éticos e jurídicos, o escravismo é abominável, pois faz com que o dono de escravos adquira maus hábitos que o faz perder as virtudes morais, enquanto nega ao escravo a possibilidade de agir com virtude. Embora, condene a escravidão, Montesquieu a justifica em seus escritos o que legitima o sistema colonial brasileiro e sua crença na superioridade europeia em relação aos demais povos.

Ventura (1991), ainda aponta para as ideias de Buffon sobre estilo e homem,

nas quais o conceito de estilo é formulado antropologicamente e de maneira geral como atributo inserido em uma teoria da civilização em que ele é tido como característica das nações civilizadas. Conforme coloca Ventura (1991),

A *Histoire naturelle de l'homme*, de Buffon foi uma das obras centrais para a formação da antropologia e da ciência geral do homem no final do século XVIII, cujos primórdios estão marcados pela tensão entre a imagem negativa do homem e da natureza americanos, de que Montesquieu e Buffon são exemplos, e a imagem positiva de um estado natural, representado pela filosofia de Rousseau. Essa tensão desembocou no debate sobre o racismo científico e a inferioridade dos povos não-brancos, que marcou a cultura brasileira do século XIX (p. 23).

É notória a ligação real e concreta da formação antropológica com a expansão colonial europeia e com a difusão de uma ideologia civilizatória da qual suscitou o discurso que ordenou povos e raças, bem como seus lugares e papéis na história da humanidade. Disciplinas como a antropologia e etnologia, que examinam as sociedades não ocidentais, excluíram do território da história o africano e o americano, dividindo assim saberes nas passagens do século XVIII ao século XIX entre história do mundo civilizado e descrição etnológica das sociedades reduzidas ao estado selvagem (VENTURA, 1991).

Em contraponto à temporalização, conceito evolutivo de história do século XIX em que o tempo não era concebido como princípio de desenvolvimento para os seres vivos, foram adotados modelos literários, filosóficos e científicos como o positivismo e o evolucionismo, dando continuidade por meio do naturalismo do contínuo história e natureza, realizando a história natural na Europa e na América Latina (VENTURA, 1991).

Ao tratar da nação mestiça, Ventura (1991) aponta que para Nabuco existia uma “linha negra” que comprometia e limitava o teatro de um grande país bem como sua civilização, pois existiam grandes máculas sociais que não deveriam ser trazidas ao teatro, elas ofendiam o estrangeiro e humilhavam o brasileiro. Já para Alencar, a escravidão era um fato que só poderia ser abolido com a evolução natural da sociedade brasileira, pois uma emancipação prematura poderia prejudicar o império. Havia, portanto uma preocupação mascarada acerca da escravidão no Brasil, apenas para resguardar a imagem civilizada da capital do império brasileiro.

Em 1850, aconteceu de o tráfico de escravos ser abolido o que culminou no

desaparecimento do escravismo. Após a abolição da escravidão em 1888, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho assalariado, entretanto tal passagem se deu associada a uma percepção dividida entre senhores indefesos e escravos violentos que contribuiu para que a problemática da escravidão fosse pensada, sendo vista como “perigo” pelas camadas mais letradas, pois de acordo com esta trazia riscos à sobrevivência da civilização no Brasil (VENTURA, 1991).

Considerando todo esse ambiente de desprestígio e inferiorização, para o negro, o âmbito literário não foi diferente. O negro não configurava os principais papéis, nem era visto sob a mesma ótica que os brancos, pois mesmo quando estes eram inseridos em papéis secundários não lhes era dada voz ou vez. As mulheres negras e mulatas eram retratadas como sensuais, objetificadas e em oposição à candura da dama branca por tantas vezes centro dos romances. Na literatura, a incorporação do negro e do escravo ocorreu a partir de 1860 em poemas como os de Castro Alves, Gonçalves Dias e Fagundes Varela e nos romances como os de Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo, oscilando entre a imagem de nobre cativo e a imagem de influenciador maléfico às famílias brancas. De acordo com Ventura (1991), a “perversão” dos costumes foi um dos efeitos da escravidão, sendo “um dos temas recorrentes do pensamento abolicionista e nos textos literários que discutiram o cativo, visto como “cancro” ou “infecção” moral (p. 46).

Apoiando-se na teoria de Gobineau em que a arte e o refinamento estético nasceriam do cruzamento da sensualidade do negro e espiritualidade dos branco é que Romero aponta para o nascimento de um Brasil diferenciado, uma forma de superação do “mimetismo” cultural e superação do estrangeiro, pois para ele não apenas a raça, o meio e o momento deveriam ser considerados, mas também as ações das correntes europeias já que a literatura brasileira resultava da adaptação de tais ideias (VENTURA, 1991).

Os estudos sobre o negro e seu lugar na sociedade brasileira enquanto indivíduos ativos e dignos de um olhar mais atento, só foi possível a partir do século XX com autores como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Hasenbalg, pois até então os estudos sobre o negro eram embasados no racismo das teorias estrangeiras sobre a sua inferioridade moral, física e religiosa. Para Hasenbalg, o racismo se configurou como decisão política de se estabelecer uma hegemonia, a cor enquanto traço fenotípico se configurava como um critério para regular os

mecanismos para ocupação de posições nas estruturas de classes da sociedade. Na literatura, os autores negros que conseguiram destaque ou reconhecimento foram de certo modo tornados brancos como Machado de Assis e outros com plena consciência do racismo na sociedade, tal qual Cruz e Sousa (MUZART, 2018).

O autor Eduardo de Assis Duarte (2018), em seu texto *Úrsula e a desconstrução negra ocidental*, aponta, de acordo com Mbembe (2014), que há um conjunto de sentidos voltados para a construção de um saber mítico, filosófico e científico que promovem em torno da palavra negro um “paradigma de submissão” e um contínuo “atributo de inferioridade”. Bem como colocam o ser negro em um lugar de distinção no qual o negro é transformado em um ser infra-humano, desprovido de razão e dominado pelos instintos.

O que resulta em um “complexo psiconírico”, correspondente a certa aversão pelo negro e em ser negro devido a rede complexa e perversa de qualificativos em torno do substantivo, sendo um complexo que afeta Europeus e Africanos de maneira perversa, consequência de um “sistema colonial de exploração e depredação” como também de “medos, sofrimentos, tormentos e até catástrofes” (MBEMBE, 2014 apud DUARTE, 2018)

Compreende-se também que tal manipulação histórica a respeito do negro enquanto animal irracional, escondia atrás de si interesses políticos e econômicos ligados ao estabelecimento da colonização amparada no trabalho forçado.

Visto isso, averigua-se que do mesmo modo que o século XIX possibilitou mudanças nas estruturas políticas e sociais, trazendo à tona a oposição do negro em relação ao branco, reduzindo por muitas vezes sua existência muito mais ampla, ocorreu também para a mulher uma redução do feminino em oposição ao masculino, pois apesar de sua ascensão na escrita, esta foi menosprezada e escanteada do cânone literário, passando assim a ter por muito tempo o confinamento de seus escritos.

Com base nisso, intenta-se refletir como as questões de sangue podem ser encontradas nas obras referidas. Entretanto, para uma melhor compreensão acerca do negro na historiografia literária é preciso entender como o negro é representado na literatura inglesa e na literatura brasileira em uma visão mais ampla para que ao esmiuçar dos romances possamos enxergar a proeza de ambas as autoras.

De acordo com Bonicci (2011), a arrogância inglesa gerou uma invisibilidade das culturas nativas já que eram praticamente todas ágrafas o que gerou um

cancelamento das manifestações literárias nas colônias e o difícil reconhecimento da literatura produzida por sujeitos diaspóricos e ex-colonizados e publicada, na maioria das vezes, em solo britânico. Haja vista que a relação colonizadora entre império e colônia supervaloriza o primeiro enquanto anula culturalmente a segunda.

Assim, apesar do que se quer mostrar, a cultura inglesa era composta também por negros. Conforme coloca Moore (2004) apud Bonicci (2011),

a composição da população britânica no primeiro milênio desmente a alegada homogeneidade anglo-saxã e favorece uma interpretação mais aberta diante de descobertas arqueológicas recentes, especialmente em York, onde num cemitério romano 66% dos esqueletos eram semelhantes a europeus, 23% a africanos subsaarianos e 11% a egípcios.

Ainda que seja evidente a presença de negros na Inglaterra desde o século XVI, o apagamento histórico aconteceu de tal maneira que a presença de autores negros e da representação destes na ficção britânica é quase inexistente. De acordo com Walvin (1973) apud Bonicci (2011), no século 16 encontram-se vários documentos evidenciando a presença de negros na Inglaterra. É possível ver, por exemplo, na pintura “Great Tournament Roll of Westminster”, de 1512, a representação de um grupo de músicos no qual há um trombeteiro negro. Inclusive, há o registro de grupos de músicos negros livres que tocavam para a rainha Elizabete I e Jaime I, como também o registro da presença deles como servos de alguns ingleses, contando com quase quinze mil negros que não eram tão bem aceitos devido a sua religião e outros fatores culturais que os tornavam, para a rainha, indesejáveis (FILE; POWER, 1981; SLACK, 1995; WALVIN, 1973 apud BONICCI, 2011).

Para Bonicci (2011), há na Inglaterra a presença silenciada dos negros desde o século XVI até o século XVIII, esse período de silenciamento pode ser explicado devido a escravidão praticada pela os ingleses que somente foi abolida com a Lei de Abolição da Escravidão de 1833. Outro aspecto importante evidenciado por Bonicci é que as mulheres eram as que mais sofriam com esse silenciamento e, de maneira geral, “a literatura escrita por Negros no Reino Unido se caracteriza pela procura da identidade, pela insistência da liberdade, pela indagação sobre a degradação causada pelo racismo e pela denúncia da constante objetificação e exclusão”.

Outro povo também presente nos países europeus, sobretudo na Inglaterra do século XIX, era o povo Romani também conhecido como povo cigano. De acordo com Andrade Júnior (2013),

Os ciganos em seu caminhar pela história se constituíram como um povo que se relacionou com o lugar e o tempo de forma particular, a seu modo, ou seja, não pertenceram a modalidades fixas da sociedade sedentária. Esse sentido de não pertença fez que nunca se vissem dentro de uma nação e de suas estruturas (p.97).

Não se tem muita informação sobre os Romanis, haja vista a necessidade de preservação tanto do pensamento social quanto de preconceitos e estigmas. Estima-se que durante o século XVII e XVIII, muitos ciganos foram perseguidos e mortos na Europa por causa das diferenças religiosas e de cultura, que até então não eram aceitas ou entendidas pelos povos cristãos (ANDRADE JÚNIOR, 2013). Apesar disso, a informação que se tem é a que o povo cigano é variado etnicamente e não pode ser classificado a partir de características físicas específicas. O que pode-se identificar é que o povo Romani prezava pela liberdade e não era apegado ao material, suas crenças eram mais reservadas e subjetivas do que de qualquer modo ia contra o pensamento imperialista europeu de 1800.

De acordo com Goldfarb (2008), quando se tenta definir os ciganos, de maneira geral, o que se encontra recorrentemente é a presença de estigmas e associações deste grupo a partir de símbolos estéticos que Bordieu (1989) classifica como *hexis corporal*, ou seja, determinadas imagens corporais. No caso dos ciganos, essas imagens são demonstradas a partir do vestuário, ornamentos, gestos, higiene e odores que contribuem para aspectos morais na avaliação dos ciganos.

Segundo Banton (1979) apud Goldfarb (2008), esses aspectos físicos foram por muito tempo associados às noções de raça e por isso os ciganos são considerados como uma raça diferente, tanto pelo sentido do comportamento cultural, quanto pelos aspectos físicos e externos. Muitas vezes os ciganos foram e são estereotipados a partir de suas roupas coloridas e desarrumadas, bem como dos hábitos de higiene não valorizados que causam repulsa e exclusão por parte de muitos. No século XIX, essas concepções eram ainda mais fortes devido à valorização das aparências, da moralidade e da civilidade que influenciadas pelas

teorias científicas acabaram por coloca-los em situações de extremo preconceito e perseguição.

Na literatura, a representação e a participação dos ciganos é ainda mais escassa, pois sua tradição e cultura são passadas oralmente através das gerações e também são envoltas em mistérios, muitos desses mistérios fogem ao conhecimento daqueles que não são ciganos são reservados para os que pertencem ao grupo (ANDRADE JÚNIOR, 2013). As representações dos ciganos na literatura quando encontradas são baseadas em imaginário coletivo ou uma concepção rasa de toda uma cultura cigana.

Desta forma, podemos colocar que os sujeitos colonizados, nesse caso todos aqueles que não configuravam o estereótipo do branco europeu, foram por muito tempo relegados ao analfabetismo, à degradação moral e à outremização. O conceito de outremização é muito bem explicado por Ashcroft (1998) quando ele coloca que:

Este termo foi cunhado por Gayatri Spivak para o processo pelo qual discurso imperial cria seus 'outros'. [...] O outro é o excluído ou sujeito dominado criado pelo discurso de poder. A outremização descreve os vários modos pelos quais o discurso colonial produz seus sujeitos. Na explicação de Spivak, outremização é um processo dialético porque o colonizador Outro é estabelecido ao mesmo tempo em que seus colonizados outros são produzidos sujeitos (1998, p. 171)

Coaduna-se, portanto, com Alves e Bonicci (2005) que entendem a teoria da outremização como referente às diferenças entre colonizador e colonizado. Como sujeitos distintos, tanto o que coloniza quanto o que recebe a colonização tem a formação de sua subjetividade a partir das experiências vividas em cada um dos papéis. Para eles, a relação Outro/outro advém da teoria de Sartre e da análise de Freud e de Lacan sobre a subjetividade e sua formação.

Assim, estudos apontam que “a literatura em inglês produzida nas colônias ou foi suprimida ou ignorada durante todo o século 19 e início do século 20” (SAMPSON, 1979 apud BONICCI, 2011). Apesar disso, tem-se o início da literatura negra britânica ainda no século XVIII com *A Narrative of the Uncommon Sufferings, and Surprising Deliverance of Briton Hammon, A Negro Man*, de Briton Hammon, publicado em 1760 entre outras publicações.



Nesse ínterim, tem-se a publicação do romance *O morro dos Ventos Uivantes* em 1847. Sua autora, apesar das explanações aqui realizadas, não contará para nossa pesquisa como mulher negra, mas sim como uma escritora que traz o colonizado como personagem central em uma Inglaterra ainda extremamente imperialista. Seu retrato é muito sutil e sua obra publicada no auge dos debates acerca de raça e etnia contribuem para que o leitor possa visualizar as questões de sangue que são abordadas na narrativa através de seu personagem cigano.

Concomitantemente, o romance “*Úrsula*” de Maria Firmina dos Reis retrata as configurações sociais do Brasil oitocentista. Publicada um pouco mais tarde, em 1859, a obra aborda o romance de *Úrsula e Tancredo* e usa como plano de fundo a realidade escravocrata e cientificista do Brasil no século XIX. Com a ambientação histórico aqui já realizada, entende-se que o Brasil nesse período em que a obra de Maria Firmina dos Reis é publicada trata-se de um país no início de sua miscigenação, que ficaria ainda mais forte com a abolição da escravidão em 1888.

Apesar das teorias científicas aqui reproduzidas, a relação entre brancos, negros e índios se deu de maneira um tanto quanto particular em relação ao Império Inglês. As marcas de um Brasil colônia ainda estavam fortes mesmo depois de 300 anos e as práticas escravagistas, poderia se dizer que conseguiam ser ainda piores. A relação do homem europeu com os índios também não ocorreu de maneira pacífica, como prova temos o ciclo de caça aos índios no início do século XVII.

O estigma social existia, o lugar do homem branco enquanto colonizador não deixou de existir, apenas assumiu outros nomes. Os primeiros homens de cor preta que chegaram no Brasil, o fizeram na condição de escravos e esse comércio escravagista perdurou por mais de 500 anos, entretanto os maus tratos e as condições desumanas a que os negros foram submetidos na Terra de Vera Cruz eram fundamentados em concepções imperialistas e preconceituosas que podem ser observadas no romance de Maria Firmina dos Reis através de três personagens Túlio, Preta Suzanna e Antero.

Sendo assim, o próximo capítulo deste trabalho tem por objetivo analisar a maneira que as questões de sangue e raça são apresentadas nas obras referidas. Coaduna-se então com Cândido (1995) quando este coloca que os elementos externos ao texto e às obras literárias é extremamente relevante para a construção do seu sentido. Ademais, o elemento social aqui exposto através das teorias

cientificistas e dos estudos coloniais e historiográficos desempenham um papel fundamental na constituição dessas obras, tornando-se, de tal modo, interno a elas que não podem ser dissociados.

#### 4 AS QUESTÕES DE SANGUE EM O MORRO DOS VENTOS UIVANTES E EM ÚRSULA

(...)
   
 Corre em mim
   
 O sangue do negro
   
 Que ajudou na tua construção
   
 Que te deu uma música
   
 Intensa como a liberdade
   
 (...)
   
 Solano Trindade <sup>2</sup>

É certo que quando se escolhe uma palavra como essa, sangue, o que vem à mente é a definição de líquido vermelho, viscoso, que circula nas artérias e veias bombeado pelo coração, porém é necessário lembrar que como muitas outras palavras da língua portuguesa, esta conta com outros sentidos que se farão de suma importância para a averiguação dos fatos aqui propostos. Em seu sentido conotativo, o sangue configura o imaginário coletivo não apenas em seu caráter biológico, mas também enquanto símbolo da existência e da vida. Indo além, também é possível reconhecer o sangue como o compartilhamento de uma descendência e pode ser usado como um sinônimo de casta, de estirpe e de raça.

Convém lembrar que a expressão “sangue azul”, comumente utilizada para se referir a nobreza, surge, apesar das diferentes teorias de sua origem, como uma rotulação distinguidora de raças colocando uma acima da outra. Conforme colocado por Barbuto (2016), a versão mais aceita que pode ser encontrada em World Wide Words de Michel Quinion associa a expressão ao século XVIII com a dominação da península ibérica pelos Mouros que acabou por gerar uma miscigenação com os povos que ali viviam. Com isso, a população começou a demonstrar essa fusão a partir das peles de tonalidade mais escura tais quais como hoje pode-se encontrar na maior parte da população espanhola. Nas palavras de Barbuto (2016), “a aristocracia orgulhava-se de não ter se misturado àquele povo de pele quase negra e apontava para as próprias veias, onde parecia correr sangue azul, como se isso fosse prova de uma ascendência mais nobre”.

---

<sup>2</sup> TRINDADE, Francisco Solano. Eu também sou América e Cantares da América. In: BERND, Zilá (org.). Poesia Negra Brasileira. Porto Alegre: AGE: IEL ; IGEL, 1992. p.53-4.

Ainda hoje no Brasil é possível evidenciar as marcas de um passado segregador, pois é perceptível que as estruturas hegemônicas de poder ainda perpetuam e enaltecem estereótipos que promovem alguns tipos enquanto destituem outros. O racismo é uma forte evidência, senão a maior, que o sangue vai muito além de questões genéticas, ele perpassa toda uma estrutura social complexa que pode ser analisada tanto a partir do estudo sócio antropológico como das evidências históricas que podem ser encontradas sobretudo na literatura.

A historiografia literária contempla muito bem as nuances dos relacionamentos em sociedade, pois o texto literário une o discurso, a estrutura e a história. Como colocado por Fiorin, “o discurso é um objeto integralmente linguístico e integralmente histórico, o que significa que ele é uma estrutura linguística gerada por um sistema de regras que define sua especificidade, mas ao mesmo tempo que nem tudo é “dizível”, o que se pode dizer forma um sistema e delimita uma identidade”(informação verbal)<sup>3</sup>, ou como colocado por Cândido (1995), o movimento dialético que envolve a arte e a sociedade é percebido a partir de um vasto sistema solidário de influências recíprocas.

Analogamente, de acordo com Alves et al (2018),

a crítica literária também privilegia uma discussão sobre a inscrição simbólica de elementos sociais na literatura, ou seja, toma o texto literário como plano em que se inscrevem aspectos sociais singulares, porto que constituídos dentro de uma determinada forma. Nesse sentido, analisa as obras para compreender questões que a excedem, mas que nelas adquirem um perfil específico, ele próprio de caráter social. A análise da obra, nesses casos, tem, como objetivo último de compreensão, aspectos sociais que somente por meio dela se podem acessar (p. 230)

Sendo assim, coaduna-se com Michel de Certeau (2000) quando ele coloca que a atitude de construir um objeto de estudo implica, em primeira instância, o de verificar o lugar de onde fala o historiador e de seu domínio para com a investigação. A história é, portanto, uma representação de um lugar social, mas não apenas dele, pois deve estar relacionada com práticas científicas e com uma escrita.

Para Certeau (2000), o historiador pode estabelecer seu percurso de análise a partir do lugar social em que se está inserido. “Não se pode falar de história no

---

<sup>3</sup> Trabalho apresentado por José Luiz Fiorin na conferência online intitulada: “Discurso, estrutura e história”, em maio de 2020

singular, haja vista que o lugar de onde fala o historiador não é o mesmo de todos os historiadores e, conseqüentemente, o produto não é único. Sendo assim, o resultado da operação historiográfica é a construção de histórias que evidenciam o próprio processo de elaboração, isto é, o lugar é explicitado”.

Com base nisso, propõe-se verificar o lugar da escritora brasileira Maria Firmina dos Reis e da escritora inglesa Emily Brontë confrontando suas diferenças e semelhanças a partir de seus romances *Úrsula* (1859) e *O morro dos ventos uivantes* (1847). Não obstante, este capítulo busca refletir como as questões de sangue podem ser vistas nos dois romances oitocentistas

Literariamente, o Outro, ou seja, aquele que é excluído ou dominado pelo sistema de poder, aparece na obra de Emily Brontë a partir do personagem Heathcliff. No primeiro capítulo do romance, vemos Mr. Lockwood o descrevendo como uma figura contrastante a sua casa e seu estilo de vida, tendo o “aspecto de um cigano de pele morena, e os trajes e os modos de um cavalheiro” (BRONTË, 2012, p.6). Na escrita original do romance em inglês, encontra-se sua descrição como sendo “a dark-skinned gipsy in aspect” (BRONTË, 2012, p. 186), a expressão “dark-skinned gipsy” podendo também ser traduzida como cigano de pele escura.

Deste modo, ao sermos apresentados ao personagem Heathcliff nas primeiras páginas da narrativa, percebemos que se trata de um romance diferente dos que publicados até então nos anos de 1800, pois o personagem de pele escura com o decurso da história acaba se tornando chave para toda a trama que se desenrola. Haja vista que a real origem de Heathcliff não é apresentada ao leitor, iremos considera-lo como de fato um menino cigano que foi adotado por uma família tradicional inglesa, os Earnshaws.

Ainda no primeiro capítulo, o Mr. Lockwood apresenta ao leitor algumas informações acerca da personalidade de Heathcliff, dentre elas que este lhe “revelou uma natureza genuinamente má”. Pela estrutura do romance vemos que o tempo da história não é cronológico e a autora se vale da estratégia de uma história dentro de outra história. Os acontecimentos do primeiro capítulo só terão mais profundidade ao leitor quando com o desenvolver da história conhecemos a jornada de Heathcliff e do porquê ele acaba se tornando um homem frio e de natureza tão selvagem

Outro ponto importante é que apesar da natureza obscura de Heathcliff, ele pode ser compreendido como vítima de um sistema de abusos e exploração, tanto

física, através do seu trabalho braçal, quanto psicológica, por não se configurar como pertencente ao padrão social de pele, posses e status da sociedade Inglesa.

Nos capítulos que se seguem vemos que o personagem é adotado ainda criança pelo Mr. Earnshaw que enquanto vive o trata igualmente aos seus outros dois filhos Catherine e Hindley. Apesar da relação fraterna, Catherine e Heathcliff acabam desenvolvendo um afeto muito mais profundo do que um carinho de irmãos. Quando o pai de Catherine e Hindley morre, a autoridade e as posses acabam sendo responsabilidades do filho mais velho. É nesse momento que Heathcliff começa sua jornada de sofrimento.

Ao ler o diário de Catherine, o Mr. Lockwood acaba descobrindo que Hindley era, de acordo com sua irmã, um substituto detestável do seu pai e que sua conduta para com Heathcliff era cruel (p.14). Ao tratar do assunto em seu diário, Catherine coloca da seguinte maneira: “Pobre Heathcliff! Hindley chama-o de vagabundo e não permite mais que se sente conosco, ou que faça suas refeições conosco outra vez. Além disso, proibiu-nos de brincar juntos, ameaçando expulsá-lo de casa se desobedecêssemos às suas ordens. Acusou nosso pai (como ele ousa?) de tratar H. com muita indulgência. E jura que vai colocá-lo no seu devido lugar...” (BRONTË, 2012, p. 14).

Com essa descrição, comprova-se que a infância de Heathcliff foi uma infância difícil, marcada por abusos. Aquele que deveria protegê-lo acaba imputando-lhe um tratamento similar ao de servo. Podemos nos questionar qual era, para Hindley, o devido lugar de Heathcliff? Embora o Morro dos Ventos Uivantes possuisse empregados, o papel do personagem era semelhante ao de um escravo. As ameaças, punições e restrições sem precedentes reafirmavam que o lugar de Heathcliff não era o mesmo que o de Hindley Earnshaw.

No quarto capítulo, tem-se um diagnóstico mais profundo acerca de Heathcliff quando o seu inquilino resolve obter mais informações sobre as pessoas que viviam ali com o senhorio muito tempo antes. Mrs. Dean quando indagada a respeito da aspereza de seu chefe coloca “áspero como um serrote, e duro como uma pedra!” (BRONTË, 2012, p.22) e também pontua algo de extrema importância: Mrs. Dean não é apenas uma personagem secundária, na trama ele irá ocupar o principal papel de narrado, pois é através de seus olhos que o leitor conhecerá toda a história de Heathcliff e dos habitantes do Morro dos Ventos Uivantes e do parque Thrushcross,

em suas palavras, “Sei tudo sobre ele, exceto onde nasceu e quem eram seus pais, e também como conseguiu fazer fortuna” (BRONTË, 2012, p. 22).

A origem do indivíduo, principalmente no século XVIII e XIX, pesava e influenciava diretamente na vida em sociedade. As características fenotípicas também funcionavam como marcadores sociais, pois elas apontavam para uma origem relevante ou desprestigiada, deste modo entende-se que o prestígio e a segregação também eram herdados. Podemos classificar essa prática com o termo usado por Bourdieu (2007) como o capital cultural que pode se apresentar de três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado.

Em primeiro lugar, o capital cultural incorporado seria aquele que se apresenta como parte integrante do indivíduo, estando vinculado de tal maneira que pode estar conectado até as questões biológicas do indivíduo (BOURDIEU, 2007). No caso de Heathcliff, por exemplo, apesar da origem desconhecida, percebe-se que pelos seus traços e características ele acaba por ser desprezado e previamente rejeitado pela maior parte da família de seu pai adotivo.

Apesar do amor e consideração que o Mr. Earnshaw tinha por Heathcliff, vemos através do relato de Mrs. Dean que sua cor sempre esteve em pauta na sua chegada a casa. Ao chegar de viagem com o menino, Mr. Earnshaw exclama: “Nunca me senti tão cansado na vida! Olhe aqui, mulher! Deve receber isto como uma benção de Deus, embora ele seja quase tão escuro como se fosse enviado pelo diabo” (BRONTË, 2012, p. 22). Mrs. Dean o descreve como uma criança “morena, suja e esfarrapada, grande o bastante para caminhar e falar” (BRONTË, 2012, p. 23). Também é possível perceber, a imediata rejeição de Hindley e Cathy, nas palavras da empregada “os dois se recusaram terminantemente a partilhar a cama com aquela coisa” (BRONTË, 2012, p. 23).

Segundamente, o capital cultural objetivado é aquele que permite a transferência de bens e está relacionado diretamente com o capital cultural incorporado, ou seja, com as capacidades culturais que permitem o desfrute de bens culturais, um dessas capacidades pode se dá institucionalmente através do sobrenome dos indivíduos, pois esse permite a posse da herança de bens e propriedades. No romance, vemos que com a morte do Mr. Lockwood todas as suas posses e seus bens são direitos apenas de Hindley e essas posses acabam por colocá-lo em uma posição de superioridade em relação a Heathcliff, de tal modo, que este se deixa ser explorado para permanecer em seu lar.

É necessário atentarmos para um aspecto de suma importância para a compreensão do lugar ocupado por ele: de todos os personagens Heathcliff é o único que não possui sobrenome. Vemos que ele foi batizado com o nome de um filho que tinha morrido e este lhe serviu como nome e sobrenome. Nesse momento vemos claramente que embora ele tenha sido adotado nunca houve um real pertencimento, mesmo os empregados da casa possuem sobrenome e recebem seu salário pelo tempo e serviço. Heathcliff por muito tempo não recebe nada e acaba por viver em uma vida de exploração e subserviência até o momento em que decide ir embora obter vingança por todos os maus tratos.

Mas por que com tantas descrições negativas e odiosas acerca deste personagem o leitor não consegue odiá-lo também? De certo modo, esse questionamento pode ser respondido com as próprias falas da personagem Nelly: “eu também o odiava. Nós o atormentávamos e o tratávamos de modo vergonhoso, pois eu ainda não tinha juízo o suficiente para perceber minha injustiça e a patroa nunca disse uma palavra ao seu favor, quando via o menino maltratado” (BRONTË, 2012, p. 23).

Não obstante às dificuldades encontradas durante a infância, Heathcliff e Catherine acabam desenvolvendo um amor muito mais profundo um pelo outro. Entretanto, esse amor não pode ser vivido pelas diferenças socialmente estabelecidas entre os dois. Catherine apesar de amá-lo reconhece que unir-se a um bastardo como Heathcliff é ter uma vida de necessidades. Em uma conversa com Nelly, ela diz não poder casar com ele por causa da sua falta de recursos e posição, Heathcliff então vai embora voltando ano depois com uma fortuna desconhecida e um plano de vingança.

Nele, podemos ver, portanto, o arquétipo de homem injustiçado. Pelas suas origens, Heathcliff sofre abusos e maus tratos que acabam o levando a vingança e à infelicidade. O leitor enxerga através do personagem a história dos homens e mulheres de cor que viveram na Inglaterra nesse momento da história. Uma das etapas de sua vingança é submeter o filho de Hindley ao mesmo tratamento que outrora lhe fora dispensado, o oprimido passa então a ser o opressor. Ao privarem Heathcliff da liberdade fomentaram nele ódio e rancor a tal ponto que da mesma forma ele faz com Edgar Linton e sua irmã, com Hareton e com Catherine Linton,



filha o seu grande amor. O ciclo de violência e repressão só é quebrado quando Catherine Linton demonstra a Hareton amor que acaba florescendo entre tantas tragédias.

Em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, é possível analisar o papel do negro através dos personagens Túlio, Preta Suzana e Antero. Embora esses personagens não ocupem os papéis principais na trama, simplesmente pelo fato de existirem e possuírem nomes já demonstra a perspicácia da autora quanto a humanidade presente neles. É importante ressaltar que ambas as autoras constroem suas narrativas respeitando as tendências literárias da época. Em *O morro dos ventos uivantes* vemos que o personagem ocupando o papel principal, mas configurando mais o papel de vilão e em *Úrsula* a representação ocorre através dos personagens secundários, haja vista a necessidade de se enquadrar no mercado literário que vigora em 1800.

Quando se pesquisa acerca da literatura brasileira oitocentista, é possível constatar que até então os negros eram retratados ora como objetos para uma composição de cenário nas tramas, ora como criminoso e de má índole. Nesse sentido, Maria Firmina se faz pioneira, pois retrata seus personagens negros com a mesma distinção e bondade com que abordou seus personagens brancos. Há em cada um deles, a complexidade e singeleza da descrição de suas histórias e a partir dessas, o leitor pode constatar as barbáries de um sistema falho, desumano pautado em uma concepção racista de abuso de poder e autoridade.

O romance é narrado em terceira pessoa por um narrador onisciente que conta a história de amor entre Tancredo e Úrsula. Como o próprio nome do livro sugere, toda a narrativa vai se desenrolar a partir da jovem órfã Úrsula que sobrevive com sua mãe doente até a chegada de Tancredo, um rapaz recém-formado na faculdade de Direito que retornando para sua casa acaba caindo enfermo no meio da estrada, sendo encontrado por Túlio e cuidado por Úrsula e sua mãe.

Tal encontro faz surgir em Tancredo uma profunda paixão por Úrsula e a partir disso vê-se o desenrolar dos personagens em busca de viver esse amor tão profundo. O que eles não esperam é que com a partida de Tancredo e com o

encontro inesperado de Úrsula com seu tio materno, o mesmo que assassinou seu pai, tão belo amor estaria em tão grave perigo. Ao vê-la, seu tio cego de paixão quer a qualquer custo ter a sua sobrinha o que causa uma série de tristezas.

Conforme as palavras de Zin (2019), o romance descreve os “dramas vividos pela jovem Úrsula e por sua desafortunada mãe, bem como as infelicidades de Tancredo, um estudante da Faculdade de Direito de São Paulo que fora traído pelo próprio pai” (p. 58). A trama ainda conta com um vilão maldoso e sem escrúpulos que também se apaixona por Úrsula e a persegue, cego pela sua própria cobiça. Além disso, a narrativa conta com os personagens secundários, Túlio, Susana e Antero, que vivem de modo comovente o cativo psicológico e físico de uma sociedade que deturpava os valores cristãos a fim de explorar e oprimir os mais fracos. Deste modo, Úrsula é considerado o primeiro romance escrito por uma mulher negra no Brasil, bem como o primeiro romance a registrar temas afro-brasileiros ao tratar acerca da escravidão na literatura.

O tempo da narrativa se dá de maneira cronológica, ou seja, os acontecimentos seguem uma ordem, intercalando momentos de flashbacks nos quais os personagens retomam lembranças de sua vida que já aconteceram. Essa estratégia narrativa, semelhante a que é encontrada em *O morro dos ventos Uivantes* permite com que o leitor entenda as ações dos personagens e obtenha dados acerca destes que possibilitam uma melhor compreensão de como cada um pensa e age.

O primeiro personagem negro a aparecer no romance é Túlio, sua primeira aparição se dá em seu encontro com Tancredo poucas páginas após o começo da narrativa. Enquanto o personagem trazia um cântaro ou uma bilha procurando alguma fonte ele, então, se depara, como que por providência divina, com Tancredo caído em um estado deplorável, podendo assim, salvá-lo. Maria Firmina dos Reis descreve Túlio como:

Um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia: deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não

puderam resfriar, em balde - dissemos - se revoltava, porque se lhe erguia como barreira - o poder do forte contra o fraco. (...) assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperanças e sem gozos! (REIS, 2017, p.124).

A partir das palavras usadas para descrevê-lo, é possível perceber quão desafortunada é a vida de Túlio apesar de sua juventude. Tal desventura é muito bem explicada quando se entende que tal condição pode ser explicada através do sangue africano que lhe corre nas veias e sua condição de escravo. Apesar de todas as mazelas em sua alma entristecida pelo cativo vê-se que a escravidão não foi possível de embrutecer a alma “porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso (...)” (REIS, 2017, p. 124).

Podemos ver no personagem de Túlio o que muitos escritores oitocentistas deixaram de lado quando colocaram personagens negros em suas obras: a bondade, a nobreza e todas as virtudes que Deus concede aos homens independentemente de suas condições. Qualidades essas que também são desenvolvidas com a singela amizade que nasce entre Tancredo e Túlio após o encontro e a ajuda que o escravo oferece ao mancebo. De acordo com Zin (2019), a amizade que se estabelece entre eles, revela uma grande diferença entre qualquer romance “açucarado” e um livro que busca romper com o estado das coisas. O encontro dessas duas almas generosas mostra que o branco e o negro não estão em pólos opostos, o homem negro pode possuir, e no caso de Túlio possui, todas as boas qualidades do homem branco, podendo-lhe até ser superior, pois o que realmente importa não é o sangue africano que lhe corre nas veias, nem as características fenotípicas que lhe distingue, muito menos a condição de servidão a que se é sujeito, mas sim suas intenções e seu coração.

Embora o sentimento de gratidão tenha dado início a interação dos personagens enquanto amigos, um propósito maior a mantém quando, mais tarde, ambos buscam salvar Úrsula das garras do comendador. Os dois personagens podem ser vistos então como duas faces de um herói, figura muito presente nos romances da época, lutando contra as opressões de um vilão que nesse caso é representado como um senhor branco dono de escravos e rico e é chamado de

Comendador P., não apresentado outro nome além do que indica seu papel social. É possível perceber que lhe é ressaltada a patente e omitindo o nome como um recurso para evidenciar o mandonismo do personagem como seu principal aspecto.

Uma característica bem presente neste romance é a presença de preceitos morais e éticos do cristianismo, bem como a devoção a Deus. Entretanto, há também críticas aqueles que justificavam práticas de opressão a seu próximo desconsiderando a sublime máxima cristã que era o amor. Conforme Nascimento (2018), “O jovem escravo é parâmetro moral da bondade, da elevação humana diante dos infortúnios que o cometem” (p.131), possuindo, portanto, uma dignidade superior às ordens determinadas pelo escravismo. Mais especificamente, vemos que moralmente Túlio está em consonância com o herói da narrativa. Maria Firmina dos Reis coloca ambos os personagens em igualdade perante o soberano criador, ambos merecedores de iguais direitos e privilégios.

O romance segue com a continuidade dos fatos que levam ao desenvolvimento do relacionamento entre os personagens principais. Mais à frente, o leitor depara-se com o capítulo intitulado “Preta Suzanna” e é possível ter acesso a história de uma segunda personagem negra que nos é descrita como: “uma mulher escrava, e negra como ele (Túlio) ; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe em quando lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se grava no coração com caracteres de amor - única, cuja recordação nos apraz (...)” (REIS, 2017, p.185) Já aí nas primeiras palavras que a descrevem, percebe-se o quanto negativa era a imagem do negro no Brasil de 1800, pois a autora ao fazer uso da conjunção coordenativa adversativa mas no trecho “e negra como ele, mas boa, e compassiva”, que de acordo com Cunha & Cintra (2016), é usada quando para “ligar orações ou períodos com as mesmas propriedades sintáticas, introduzindo frase que denota basicamente oposição ou restrição ao que foi dito”, apontasse algo de suma importância para a interpretação deste fragmento do romance, como se o simples fato de ser negro fosse ser considerado algo automaticamente distinto das qualidades de bondade e compaixão, sendo necessário que a autora explique para o leitor oitocentista que Preta Suzanna era uma pessoa boa apesar de sua cor.

Preta Suzanna então começa a discorrer sobre os sofrimentos que vivera no passado e até que ponto seus algozes foram capazes de destruir-lhe o coração. Ao contar sobre seu cativo ela diz:

Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilsinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraça de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la... Ainda não tinha vencida cem braças do caminho, quando um assobio que repercutiu nas matas, me veio a orientar acerca do perigo eminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira - era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão (REIS, 2017, p. 188).

Diferentemente de Túlio, as condições da escrava foram ainda mais sofridas, pois ela vivia em liberdade e desfrutava de uma pátria querida e de entes que lhe eram caros e passa a encarar desde o primeiro momento em que é sequestrada as crueldades da ganância do homem branco. Ao contar sua história em primeira pessoa, Firmina permite a sua personagem a liberdade de falar sobre suas dores e mostra que as qualidades com que descreviam Preta Suzanna apesar de seus sofrimentos não podiam ser dados aos homens brancos, pois os homens brancos sequestraram, violaram e destruíram a vida de muitos negros que viviam livres em sua pátria e com suas famílias.

Neste ínterim, tem-se a presença do Comendador P., o vilão de toda a história, aquele que se apaixona obsessivamente pela sobrinha a ponto de persegui-la. Ele é descrito como um homem cruel e constitui o centro de poder na trama, sendo um homem branco com idade avançada, senhor de escravos, personificando assim, de acordo com Miranda (2019) o “lugar do mandonismo”. Apesar das tentativas, Úrsula, Tancredo, Túlio e Preta Suzanna não conseguem escapar do “escravocrata cruel afeito a perversidades e predominante na ordem patriarcal que possui o poder de arruinar vidas” (MIRANDA, 2019, p. 98). A partir dessa relação, o romance acaba desafiando a razão eurocêntrica da época em que é escrito, pois se encontra nos personagens Túlio e Preta Suzanna, parâmetros de maior humanidade.

Por fim, neste romance nos deparamos com o personagem de Antero no capítulo intitulado “A dedicação”. Ao ser preso pelo Comendador P., Túlio é deixado sob a guarda de Antero que é descrito como: “um escravo velho, que guardava a casa, e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas” (REIS, 2017, p. 250). Antero mostra-se diferente dos outros personagens: sua fidelidade está com o cruel comendador, mas apesar disso também sofria e era confrontado pelo seu vício com a bebida.

Antero constitui-se como aquele que encontrou sua fuga no álcool. Em uma interpretação psicanalítica do personagem, poder-se-ia refletir que seu vício corresponde a uma pulsão de morte em que através do prazer e da lenta autodestruição seu inconsciente se manifesta a fim da libertação que não é possível devido a sua condição de escravo.

Entretanto, de acordo com Nascimento (2018), pode-se interpretar tais atitudes como originalidade da identidade cultural do velho africano, pois através da cachaça ele evoca sua África e sua liberdade. No trecho em que Antero justifica seu vício, ele diz “É o único vício; e ainda por conservá-lo não prejudiquei a ninguém” (REIS, 2017, p. 251). Quando Túlio indaga qual o conceito que o comendador irá ter do excesso de fumo e bebida do velho, Antero recorda:

(...) no meu tempo bebia muitas vezes; embriagava-me, e ninguém me lançava isso em rosto; porque para sustentar meu vício não me faltavam meios. Trabalhava, e trabalhava muito, o dinheiro era meu, não o esmolei. (...) Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira (REIS, 2017, p. 252).

Como coloca Nascimento (2018), há em sua fala um comparativo entre o Brasil e a sua pátria no qual o primeiro representa o espaço de escravidão em que o personagem vive e o segundo é visto como o local de liberdade. Tal ensejo é desenvolvido através da qualidade da bebida e da possibilidade de sua compra, já que na África se tinha bebida mil vezes melhor, como também momentos de lazer e

de descanso, enquanto no Brasil só se podia beber cachaça de péssima qualidade, efeito da alienação do homem, simbolizando seu fracasso e sua inópia.

Deste modo, as imagens que Firmina apresenta no romance através dos personagens negros até aqui analisados, representam as relações que se mantinham no contexto sociocultural do país e da época em que foi escrito. O negro apesar de suas boas qualidades era continuamente vítima do sistema opressor, seu medo e suas necessidades eram desconsiderados pelo discurso de desumanização dos escravos que fomentava ainda mais a opressão social que era vivida. A partir da narrativa do romance *Úrsula* e da construção psicológica dos personagens há uma defesa da humanidade dos que eram escravizados. No momento em que Túlio, Preta Suzanna e Antero possuem grandes falas para contar sua história e descrever as atrocidades vividas no cativeiro.

Sem deixar de se atentar as nuances que cada um apresenta, é possível traçar uma linha geral de que o negro na sociedade oitocentista era vítima de prisões muito maiores do que as que tinham em seu corpo e a escritora maranhense pode lhes prover um pouco de liberdade ao dar voz a esses sofrimentos, sendo a primeira a fazê-lo.

Assim, vemos que os personagens negros de ambas as obras podem ser lidos a partir das questões de sangue/raça que se estabeleceram culturalmente e sociologicamente desde o século XVI apesar de inviabilidade científica do conceito de raça. Nos perfis aqui analisados, vemos o estigma, a opressão, a restrição de liberdade física e intelectual e as consequências de cada ato de violência na vida de cada um deles. Mais especificamente, no caso de Heathcliff vemos a amargura e o desejo de vingança vinculados a um ciclo de violência perpetuada. Em Túlio e Preta Suzanna é possível perceber as vítimas de um sistema danoso que não se importa com a moral, com os preceitos divinos ou com a vida do negro, e por fim, a partir da figura de Antero vemos os vícios que a servidão e a privação de liberdade podem acometer um indivíduo.

Também é possível perceber o caráter bibliográfico das obras aqui analisadas. Suas narrativas corroboram para uma visão mais crítica da literatura produzida por mulheres no século XXI bem como o lugar ocupado pelas pessoas de

cor em um período ainda tão racista. No caso de Maria Firmina dos é possível ver a dor e o estigma sofridos pela autora, que conforme evidenciado por Duarte (2018) mostra ao leitor a partir de sua personagem a crueldade da servidão. Não obstante, Emily Brontë demonstra em seu romance gótico uma visão autêntica e realista do mundo sem deixar de fazer literatura.

Ambas podem ser lidas paralelamente não apenas pela ótica das questões de sangue que permeiam seus escritos, mas sobretudo pela grandeza de suas produções literárias. Mesmo em um período em que às mulheres não eram dadas condições e nem oportunidades, principalmente, no âmbito da escrita Emily Brontë e Maria Firmina dos Reis não conseguiram ser silenciadas. Apesar de todas as dificuldades, Emily Brontë ainda conseguiu, com o árduo trabalho de sua irmã, permanecer através do seu trabalho, já Maria Firmina dos Reis precisou ser resgatada do silenciamento após muito anos. É certo que ambos os escritos podem ser considerados de extrema importância quando se fala acerca da representatividade, ademais como grandes patrimônios para a literatura do século XIX.



## 5 CONCLUSÃO

Levando em consideração o exposto até aqui, vemos a importância das pesquisas historiográficas a partir da leitura interdisciplinar para uma interpretação mais abrangente das obras. O objetivo deste trabalho não era elencar preferências, mas mostrar através de dados concretos, a importância das autoras para a produção intelectual de sua época e a representação cultural que suas obras trazem até aos dias hodiernos. Ainda se percebe a escassez de representação tanto de ciganos como de negros na literatura como um todo, mesmo depois de muitas pesquisas e conscientização a nível mundial, o caminho de pesquisa e crítica literária ainda está apenas no início.

Apesar disso, Emily Brontë e Maria Firmina dos Reis apresentam uma qualidade estética e literária em suas obras dignas de reconhecimento tanto na academia quanto para o público em geral. Desse modo, percebeu-se que as questões de sangue se manifestam no romance *O morro dos ventos uivante* através de seu personagem Heathcliff, ele sofre estigma e preconceito desde a mais tenra idade e não é aceito pela família de seu benfeitor. Tais atitudes têm como consequência uma reação em cadeia de vingança e amargura que leva os personagens a sofrerem com as consequências de seus atos. As características físicas descritas pelos demais personagens demonstram o preconceito étnico com o povo cigano até então muito presente na sociedade inglesa do século XIX. Por outro lado, em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, essas questões são percebidas através de seus personagens Túlio, Preta Suzanna e Antero que demonstram detalhadamente a situação do negro brasileiro no período de escravidão do Brasil de 1800. As autoras contemplam diversas facetas desse sistema desumano e expõem com sutileza através das nuances de suas narrativas todo um sistema nefasto de exploração.

Esses aspectos sociais demonstram diretamente que hoje, no Brasil e no mundo, ser etnicamente diferente do padrão eugênico estabelecido outrora ainda carrega alguns vestígios que são demonstrados nas obras analisadas, pois não é necessário apesar de se ter a escravidão como prática criminosa, é preciso reparação do que os pensamentos eugênicos e higienistas, sobretudo na Flor do Lácio, acarretaram no pensamento social e na cultura de povos específicos.

Conclui-se, portanto, que o lugar que as autoras possuem dentro da historiografia literária não é o mesmo, pois como esclarecido ao longo do trabalho, o cânone literário majoritariamente branco e masculino evidenciou uma ínfima quantidade de mulheres que escreveram nesse período, haja vista a importância e notoriedade que se foi dada a Emily Brontë e ao esquecimento e pagamento de Maria Firmina dos Reis. Ainda assim, a trajetória de vida das autoras em questão contribuiu para uma descrição mais fidedigna muitos elementos da sociedade oitocentista, dentre eles as falhas nas instituições de poder, as teorias sem fundamentos e os pensamentos racistas que nela imperavam.

## 6 REFERÊNCIAS

ADLER, Dilercy Aragão. A mulher Maria Firmina dos Reis: uma maranhense. In: DUARTE, C. L.; TOLENTINO, L.; BARBOSA, M. L.; COELHO, M. do S. V. (Orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. In: **Mana – Estudos de Antropologia Social**, 7/2, 2001.

ALVES, Paulo César. LEÃO, Andréa Borges. TEIXEIRA, Ana Lúcia. Sociologia da literatura: tradições e tendências contemporâneas. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 6, n.12. jan-abr, 2018.

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira de história**. v. 22, n. 66. 2013.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

AUSTEN, Jane. **Persuasão**. São Paulo: Editora Landmark, 2012.

BAQUERO, Marcello (org.). **Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BARBUTO, Pedro Santiago. De onde vem a expressão sangue azul?. **Super Abril**, 2001. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/de-onde-vem-a-expressao-sangue-azul/>. Aceso em: 15 de Abril de 2021.

BARKER, Juliet. **The Brontës: A Life in Letters**. London: Viking, 1997.

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (orgs.). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1971.

BAUMGARTEN, C. A.. A historiografia literária brasileira: experiências contemporâneas. **Revista Todas as Letras** (MACKENZIE. Online), v. 16, p. 27-38, 2014.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BONICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Eduem, 2012.

\_\_\_\_\_. Thomas. Literatura negra e seu contexto britânico. **Caderno de estudos culturais**. v. 3, n. 6. 2011

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

BRONTË, Chralotte. **Jane Eyre**. São Paulo: Clássicos Zahar, 2018.

BRONTË, Emily. **O morro dos ventos uivantes**. São Paulo: Editora Landmark, 2012.

BURGESS, Anthony. **A Literatura Inglesa**. 2. ed. Trad. Duda Machado. São Paulo: Ática, 2002.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos?**. São Paulo: Companhia de Bolso. Edição de bolso, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 1985.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro**. 2012. 311 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de. **Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmino dos Reis**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Letras. Teresina, 2018.

CATTANI, Antonio D.; DÍAZ, Laura M. (org.). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In:\_\_\_\_\_. **A escrita da história**. 2. Ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CUNHA, Celso Ferreira da. CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

DIAS, Daise Lillian Fonseca. **A subversão das relações coloniais em O morro dos ventos uivantes: questões de gênero**. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

DIAS, Daise Lilian Fonseca. **Mulheres escritoras, cânone e poesia: Emily Brontë. Gênero na Amazônia**, Belém, n. 2, jul./dez., 2012.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Úrsula* e a desconstrução da razão negra ocidental. In: DUARTE, C. L.; TOLENTINO, L.; BARBOSA, M. L.; COELHO, M. do S. V. (Orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de. **Negro no plural**: Um Estudo de Caso Sobre a Construção Identitária de Negros Militantes e Não-Militantes em Campina Grande/PB. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Recife, 2004.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1972.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1936.

FURTADO, Lucciani M. **Memorial de Maria Firmina dos Reis**. São Paulo: Editora Uirapuru, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. Definindo os ciganos: as representações coletivas sobre a população cigana na cidade de Sousa – PB. **Ariús**, v. 14. p. 76-82, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

\_\_\_\_\_. Quem Precisa da Identidade?. In: **Identidade e Diferença**. A Perspectiva dos Estudos Culturais. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Petrópolis: Vozes, 2000.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1979.

IWAMI, Sylvia Beatriz Ramos. **Crueldade e Melancolia em O morro dos ventos uivantes, de Emily Brontë**. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários) – Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

KUPER, Adam. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.

LIPOVETSKY, Giller. **A Terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2000.

MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (orgs.). **Raça como Retórica**: A construção da Diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MASSAUD, Moises. **A análise literária**. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.

MENDES, Algemira Macedo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da Literatura Brasileira**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Curso de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. **A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone**. São Paulo: Chiado Editora, 2016.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. Maria Firmina dos Reis em diálogo com romancistas negras brasileiras. In: DUARTE, C. L.; TOLENTINO, L.; BARBOSA, M. L.; COELHO, M. do S. V. (Orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Silêncio prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859 - 2006)**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MOURA, Caroline Navarrina de. **A tradição e o gótico em O morro dos ventos uivantes, de Emily Brontë**. Porto Alegre, 2015.

MORAIS, Guilherme Augusto Louzada Ferreira de. O conceito de experiência de Walter Benjamin, análogo às narrativas heróicas clássicas. **Periódico Letras escreve**, v. 7, n. 3, 2017.

MOTTA, Roberto. Etnia, Sincretismo e Desenvolvimento no Pensamento Social Brasileiro. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). **Etnia e Nação na América Latina**. Washington: Secretaria Geral da Organização dos Estados Unidos, Volume 2, 1996.

\_\_\_\_\_. Paradigms in the Study of Race Relations in Brazil. In: **International Sociology**. Sage Publications: USA. Volume 15, Número 4, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, novembro, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, C. L.; TOLENTINO, L.; BARBOSA, M. L.; COELHO, M. do S. V. (Orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

NASCIMENTO, Juliano Carraput do. A construção do negro no romance Úrsula. In: DUARTE, C. L.; TOLENTINO, L.; BARBOSA, M. L.; COELHO, M. do S. V. (Orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

O'CALLAGHAN, Claire. **Emily Brontë Reappraised**. Saraband. Edição do Kindle.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINHEIRO, Helder. **Pesquisa em Literatura**. Campina Grande: Bagagem, 2003.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. A escrava, de Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, C. L.; TOLENTINO, L.; BARBOSA, M. L.; COELHO, M. do S. V. (Orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

RAMOS, Laura. **Infernales: La hermandad Brontë: Charlotte, Emily, Anne y Branwell**. Taurus, 2018.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. In: FURTADO, Lucciani M. **Memorial de Maria Firmina dos Reis**. São Paulo: Editora Uirapuru, 2017.

SILVA, Marcelo Medeiros da. **Júlia Lopes de Almeida e Caroline Nabuco: uma escrita bem comportada?**. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

\_\_\_\_\_. História Literária, cânone e escrita de autoria feminina: reflexões sobre Júlia Lopes de Almeida e Carolina Nabuco. **Miscelânea** (Assis. Online), v. 11, p. 95-115, 2012.

\_\_\_\_\_. Da casa do pai à do marido: mulher e espaço social em Carolina Nabuco. **Revista Olho d'água**, v. 10, p. 205-228, 2018.

SILVA, Mozart Linhares da. **Educação, Etnicidade e Preconceito no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

TELLES, Norma. Escritoras, escrita e escritura. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 401-442.

\_\_\_\_\_. Uma Maranhense. In: DUARTE, C. L.; TOLENTINO, L.; BARBOSA, M. L.; COELHO, M. do S. V. (Orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

VASCONCELOS, Vânia. Em busca do ninho perdido: o tema da maternidade roubada em Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves. In: DUARTE, C. L.; TOLENTINO, L.; BARBOSA, M. L.; COELHO, M. do S. V. (Orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2004.

XAVIER, Elódia. Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: As marcas da trajetória. **Revista do programa de pós-graduação em letras**. Universidade Federal de Alagoas- Maceió, n. 18, p. 87-95, 1996.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista**. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.





